



**XII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH - PARÁ**

**ANPUH**  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA



**WESLEY OLIVEIRA KETTLE  
GABRIEL PEREIRA DE OLIVEIRA (ORG.)**

**HISTÓRIA, CIÊNCIA  
E NATUREZA**





**XII ENCONTRO DE HISTÓRIA  
DA ANPUH - PARÁ**

**Wesley Oliveira Kettle**  
**Gabriel Pereira de Oliveira (ORG.)**

ANPUH  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

**HISTÓRIA, CIÊNCIA  
E NATUREZA**



Copyright © by Organizadores  
Copyright © 2021 Editora Cabana  
Copyright do texto © 2021 Os autores  
Todos os direitos desta edição reservados

O conteúdo desta obra é de exclusiva  
responsabilidade dos autores.

**Capa e Projeto gráfico:**

Eder Ferreira Monteiro

**Edição e diagramação:**

Helison Geraldo Ferreira Cavalcante

**Coordenação editorial:**

Ernesto Padovani Netto

**Revisão:**

Os autores

**Ilustração de capa:**

Árvore de todos os saberes de Jaider Esbell, 2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

História, Ciência e Natureza [Recurso eletrônico] / Organizadores: Wesley Oliveira Kettle e Gabriel Pereira de Oliveira. - 1. ed. - Belém, PA: Cabana, 2021.

Vários autores.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-89849-07-0

1. História – Estudo e ensino 2. História do Brasil 3. História ambiental. I- Título.

CDD 907



[2021]  
EDITORA CABANA  
Res. Paulo Fonteles, Q-B, 24  
66640-705 – Belém – PA  
Telefone: (91) 99998-2193  
contato@editoracabana.com  
www.editoracabana.com

## Conselho Editorial ANPUH-PA

---

Dr. Edilza Joana Oliveira Fontes (UFPA)  
Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes (PPGCult/UFMS)  
Dr. Itamar Rogério Pereira Gaudêncio (ESMAC/APM)  
Dr. Gustavo Pinto de Sousa (INES/PROFHISTORIA - UFRJ)  
Dra. Karla Leandro Rascke (Unifesspa)  
Dr. Érico Silva Muniz (UFPA)  
Dr. Keith Barbosa (UFAM)  
Dr. Marley Antonia Silva da Silva (IFPA)  
Dr. Pere Petit (UFPA)  
Dr. Airton Pereira (UEPA)  
Dra. Valéria Moreira Coelho de Melo (Unifesspa)  
Dr. Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)  
Dr. Ipojucan Dias Campos (UFPA)  
Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves (UFPA)

## Apoios:

---



# SUMÁRIO

<b>Apresentação: os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas.....</b>	<b>7</b>
Prof <sup>o</sup> Dr. Francivaldo Alves Nunes	
<b>Apresentação.....</b>	<b>10</b>
Wesley Oliveira Kettle Gabriel Pereira de Oliveira	
<b>De Wallace a Hurley: ciência, pecuária e natureza no Marajó (1848-1933).....</b>	<b>15</b>
David Durval Jesus Vieira	
<b>Museu Parque Seringal: proposta de ensino de história e natureza.....</b>	<b>27</b>
Ana Maria da Silva Conceição	
<b>Contos de rios: memórias ambientais em e-book para o ensino de história.....</b>	<b>39</b>
Ligia Mara Barros Ribeiro	
<b>Furos, rios e igarapés: a navegação fluvial interna nos sertões do Pará (1835-1850).....</b>	<b>51</b>
Siméia de Nazaré Lopes	
<b>A natureza nos relatos de viagem: apontamentos iniciais da pesquisa.....</b>	<b>68</b>
Maurício José Quaresma Silva Wesley Oliveira Kettle	
<b>“Belém, uma história da chuva”: questões teórico-metodológicas.....</b>	<b>79</b>
Kelvyn Werik Nascimento Gomes	
<b>Entre o passado e o futuro: considerações sobre meio ambientes e uso de agrotóxicos em lavoura (SNA/1947-1957).....</b>	<b>90</b>
Tamires Saint Martin Fonseca	
<b>Sobre os autores.....</b>	<b>105</b>



## APRESENTAÇÃO

### Os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas

A seção regional da Associação Nacional de História (ANPUH) em sua localização no Estado do Pará, promoveu entre os dias 2 a 4 de dezembro de 2020 a sua 12.<sup>a</sup> edição do Encontro de História da Anpuh-Pará, em formato virtual, com o tema “Passado e Presente: Os desafios da história social e do ensino de história”.

O evento se constituiu como importante espaço de discussão sobre duas áreas específicas do conhecimento histórico, que são: a história social e o ensino de história, promovendo uma interface entre os dois campos de pesquisa, diante dos limites e possibilidades de diálogo pertinentes sobre a região amazônica. Não há dúvidas que se tratou de profícuo momento de socialização da produção de estudos e práticas acerca das relações entre história e ensino, bem como de problematização da história social e os desafios da produção historiográfica recente.

O momento permitiu a incorporação para o ensino de História da Amazônia de questões relacionadas à ciência histórica, didática, produtos educacionais e as práticas curriculares. No caso da dimensão da especialidade da história social, o diálogo com as questões contemporâneas, a relação passado-presente na pesquisa histórica, a questão dos revisionismos/negacionismos históricos e os desafios da escrita da história social, diante das questões socialmente vivas, foram também observadas.

O encontro permitiu debater os desafios do ensino e da pesquisa histórica relacionando com a especialidade da história social, no entanto, envolveu

também outras áreas do conhecimento vinculadas as ciências humanas e sociais, como sociologia, filosofia, direitos, ciências políticas, antropologia, entre outras. Neste aspecto, tornou-se uma oportunidade de diálogo para os professores da educação básica, discentes de graduação, discentes de pós-graduação, historiadores e pesquisadores diversas áreas de ciências humanas que desejavam debater os caminhos da história social e o ensino de história na Amazônia e no Brasil. Incluiu-se ainda o diálogo sobre o cotidiano do espaço escolar diante dos desafios propostos pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) no contexto amazônico, entre outros temas que envolvem o ensino e produção do conhecimento histórico.

Os pertinzas professores e pesquisadores de diversas instituições do Pará, da Amazônia, do Brasil e do mundo, produziram um amplo e significativo debate sobre o conhecimento histórico e seus públicos (professores de história e os historiadores, principalmente), assim como buscaram formas de expandir e melhor integrar os conhecimentos sobre os debates acadêmicos e o espaço da sala de aula e a intervenção social. O que permitiu, no âmbito da educação básica, discussões sobre a prática pedagógica do docente em história e as ações em prol da formação de professores.

Como alguns dos resultados destes momentos de debates e diálogos, em que a relação passado e presente pautou os desafios da história social e do ensino de história, que apresentamos um conjunto de coletâneas, construídas de forma a agregar temáticas aproximadas de estudos e pesquisas. As coletâneas reunidas, sem dúvida, constitui um conjunto de contribuições originais e, sobretudo, desnaturalizadoras como se propõem ser os estudos que assumem, como coerência e autenticidade, a relação passado e presente, tendo como eixo central de diálogo, a história social e o



ensino. Os trabalhos reunidos propiciam aos leitores, ademais, um profícuo exercício de crítica historiográfica, métodos e análises documentais, que percorrem searas as mais diversas, adensando as riquezas de suas contribuições, quanto à análise de estratégias para enfrentar variadas formas de controle, domesticação e dominações estabelecidas por agentes e agências oficiais, mas também revelam formas de resistências, lutas e enfrentamentos.

Os textos expressam, simultaneamente, pesquisas em andamento, em fase de elaboração, definidas e defendidas. Temáticas, temporalidades e enfoques plurais, mas que gravitam no eixo que envolveu os debates no evento, no caso, a história social e o ensino de história, em contexto relacional com perspectivas de passado e presente. Diante de tantas e inovadoras contribuições, a intenção é que o leitor estabeleça um exercício de escolha mais consentâneo a seus interesses e afinidades, estando certo que encontrará nestas coletâneas um conjunto de leituras, instigantes, necessárias e provocativas.

**Profº Dr. Francivaldo Alves Nunes**  
**Presidente da ANPUH-Seção Pará**

## APRESENTAÇÃO

**Wesley Oliveira Kettle**  
**Gabriel Pereira de Oliveira**

Este *e-book* é fruto das discussões realizadas via webconferência nos dias 2 e 3 de dezembro de 2020 no XII Encontro Estadual de História da Anpuh-Pará, mais especificamente no Simpósio Temático “História, Ciência e Natureza”. Apesar de todos os percalços e limitações de um debate realizado de forma remota, em meio ao cenário tão duro de pandemia da Covid-19, as discussões via webconferência possibilitaram a participação de pesquisadoras e pesquisadores de diversas partes não somente do Pará, mas mesmo do Brasil. E as reflexões sobre as relações entre grupos humanos e o restante da natureza ao longo do tempo, considerando inclusive o âmbito do ensino na Educação Básica, foram bastante interessantes.

Essas discussões do chamado campo da História Ambiental, bem como da História das Ciências, têm um contributo muito importante ainda mais hoje, diante do cenário de crise ecológica. Em face, mais especificamente, ao atual quadro de pandemia do coronavírus, essas reflexões são cruciais para compreendermos melhor como a história não é feita somente por seres humanos, com o restante da natureza ocupando, quando muito, um mero papel de pano de fundo. A história, em vez disso, envolve muitas outras variáveis e agentes, como até mesmo microrganismos que sequer possuem células, como é o caso dos vírus. Como veremos neste *e-book*, é importante incluir nos estudos históricos vários outros elementos, como rios, árvores, práticas agrícolas, o gado ou mesmo a chuva, percebendo, em conjunto, a materialidade do mundo biofísico e suas interações com grupos humanos, seja

por meio da ciência, de disputas de poder, interesses econômicos ou de práticas culturais.

O texto “De Wallace a Hurley: ciência, pecuária e natureza no Marajó (1848-1933)”, de David Durval Jesus Vieira, aborda a temática que vem ocupando um lugar cada vez mais decisivo nas discussões ambientais que é a questão da pecuária. Além disso, o texto tem o grande mérito de aprofundar-se em uma temática cujas análises ainda não têm tanto espaço nos debates historiográficos que é a história dos animais no Brasil. Neste capítulo, o autor analisa como determinados grupos, na passagem do século XIX para o XX, compreenderam a criação de gado e as particularidades em torno da sua co-existência com o restante da fauna e flora na ilha do Marajó. Além dos impactos da pecuária, uma preocupação predominante era especialmente as dificuldades do ambiente local para essa atividade que despontava, para determinados senhores de terra, como uma grande medida em favor da economia da região.

O texto “Museu Parque Seringal: proposta de ensino de História e Natureza”, de autoria de Ana Maria da Silva Conceição, constitui uma reflexão muito relevante sobre um tema com debates e importância crescente no campo historiográfico, como o é a questão do ensino. Ana Maria nos traz, então, aspectos valiosos para pensar a disciplina de História no Ensino Fundamental a partir das relações com as árvores, mais especificamente com a seringueira. A autora parte justamente de sua experiência em uma escola de Ananindeua para propor uma abordagem a partir da historicização de árvores no Museu Parque Seringal, na mesma cidade. Trata-se de uma proposta muito interessante e necessária de tornar o ensino de História mais palpável e significativo, com base no contexto da própria cidade de Ananindeua e nos aspectos materiais em torno das árvores.

Nessa mesma perspectiva, no texto de Lígia Mara Barros Ribeiro, intitulado “Contos de rios: memórias ambientais em *e-book* para o ensino de História”, há também uma discussão sobre o ensino de História e sua relação com as perspectivas da História Ambiental. Lígia analisa a compreensão acerca de rios como uma chave importante para o ensino de História, em especial quando esse ensino se faz em lugares com uma íntima relação com os rios, como várias cidades da Amazônia. Lígia compartilha no capítulo um pouco de sua experiência nesse sentido com base em um projeto de produção de um e-book com contos que trazem memórias em torno dos rios, pensando historicamente as relações entre grupos humanos e os rios.

Já em “Furos, rios e igarapés: a navegação fluvial interna nos sertões do Pará (1835-1850)”, a autora Siméia de Nazaré Lopes investiga o aproveitamento e as transformações dos rios como vias de navegação a conectar a cidade de Belém com os sertões da então província do Pará. As águas fluviais tornaram-se centrais a projetos de poder e à conformação político-econômica da província após o marco das mobilizações em torno da Cabanagem. Controlar as circulações e usos de furos, rios e igarapés, no fim das contas, era fundamental para o poder na província do Pará. Como Siméia nos mostra, esse projeto de poder se desenhou intimamente articulado ao ideário de progresso da época, sob a ideia de melhoramento das vias fluviais e de modernização da província.

Maurício José Quaresma Silva e Wesley Oliveira Kettle são os autores do capítulo “A natureza nos relatos de viagem: apontamentos iniciais da pesquisa”. Nesse texto, eles refletem a respeito da pesquisa, que ainda está em andamento, sobre sociedades humanas e o chamado mundo natural na Amazônia colonial. Tudo isso é investigado a partir de relatos de viagem

abordados pelo viés da História Ambiental. Aqui, os autores nos trazem um panorama inicial de alguns viajantes que escreveram sobre a chamada Amazônia colonial e dois levantamentos bibliográficos: um sobre trabalhos acadêmicos a respeito das experiências dos viajantes e outro sobre abordagens que relacionam os relatos de viagem e visões da natureza.

No texto intitulado “Belém, uma história da chuva: questões teórico-metodológicas”, o autor Kelvyn Weryk Nascimento Gomes nos provoca com reflexões em torno da história da chuva, um tema muito pouco estudado, apesar do seu caráter central no cotidiano de diversos grupos sociais. Nesse sentido, o estudo de Kelvyn tem uma importância bastante significativa no sentido de lançar novos olhares às dinâmicas socioambientais da cidade de Belém. Neste capítulo, Kelvyn discute perspectivas e possibilidades de investigar a *Belle Époque* em Belém levando em consideração, com base na História Ambiental, as relações entre grupos humanos e a chuva, elemento tão marcante na capital paraense.

Tamires Saint Martin Fonseca nos traz seu texto intitulado “Entre o passado e o futuro: considerações sobre meio ambientes e uso de agrotóxicos em *Lavoura* (SNA/1947-1957)”. Nele, a autora reflete sobre como produtos químicos de uso agrícola, usualmente denominados de agrotóxicos, despontaram em meados do século XX como supostos símbolos de modernização produtiva do campo. Com base na análise da revista *A Lavoura*, da Sociedade Nacional de Agricultura, Tamires realiza uma discussão histórica muito importante sobre a agricultura em meio aos projetos de modernização no século XX e mostra como os referidos produtos químicos se associaram a um ideal de agricultura industrial, racional, científica naqueles anos.

Em suma, temos aqui um apanhando bem inte-

ressante de trabalhos no campo da História Ambiental. De um modo especial, essa publicação evidencia o próprio crescimento e consolidação das discussões sobre essas perspectivas no Pará. Esperamos que gostem da leitura e que possamos seguir contribuindo para o aprofundamento e difusão da compreensão histórica das relações entre humanos e o restante do mundo biofísico. Boa leitura a todas e todos!!

## DE WALLACE A HURLEY: CIÊNCIA, PECUÁRIA E NATUREZA NO MARAJÓ (1848-1933)

---

David Durval Jesus Vieira<sup>1</sup>

### Introdução

O presente trabalho corresponde a um dos resultados do projeto de pesquisa “Processos socioambientais da criação de gado (1852-1934)”, em execução no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) – Campus Parauapebas, envolvendo docentes e discentes. O projeto visa analisar os conflitos gerados, as formas de acomodação, as estratégias de defesas e de críticas em relação à expansão pecuarista; bem como investigar como a criação bovina esteve presente na atuação do Estado, nos discursos ambientais, nos debates políticos e intelectuais, na atuação de fazendeiros e vaqueiros, nas estratégias de organização e formas de ocupação da terra.

Destacaremos aqui os olhares de cientistas em relação à expansão da criação de gado no Marajó, durante a segunda metade do século XIX e primeira do XX, especialmente para procurarmos entender como esses cientistas se posicionaram em relação aos impactos socioambientais desta atividade. Para tanto, buscamos fontes históricas como relatos de viajantes, Relatórios dos Presidentes de Província, notícias de jornais e revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, valendo-nos da epistemologia dialética, articulada à análise de parte da bibliografia da linha de pesquisa de “História e Natureza” acerca da relação entre ciência e natureza no Brasil.

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Instituto Federal do Pará (IFPA). E-mail: david.vieira@ifpa.edu.br.



A epistemologia dialética “vê a reciprocidade sujeito/objeto eminentemente como uma interação social que vai se formando ao longo do tempo histórico”. Para esta tradição filosófica, “o conhecimento não pode ser entendido isoladamente em relação à prática política dos homens, ou seja, nunca é questão apenas de saber, mas também de poder”. Além disso, abordo qualitativamente minha pesquisa, pois “quando o homem era considerado como um objeto puramente natural, seu conhecimento deixava escapar importantes aspectos relacionados com sua condição específica de sujeito” (SEVERINO, 2007, p. 116-118).

No tocante ao estudo da relação entre sociedade e natureza, essa tarefa não é fácil, tendo em vista que o legado das ciências sociais em seu conjunto é “amplo e inevitavelmente ‘humanista’, no sentido de privilegiar a sociedade e a cultura humanas como objetos suficientes e como campo ‘máximo’ para as investigações legítimas”. Contudo, circunstâncias extra científicas, ainda bem recentes, “desafiaram as ciências sociais a ir além deste marco ‘humanista’” (DRUMMOND, 1991, p. 180).

A década de 1970 foi um momento propício para o surgimento desse desafio, uma vez que “se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países”. Nascia uma linha de pesquisa conhecida como “História Ambiental”, que rejeita, acima de tudo, “a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e ‘supernatural’, de que as consequências ecológicas de seus feitos passados podem ser ignoradas”. A “História Ambiental” nasceu, portanto, de um “objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreen-

dimento acadêmico”, que estabeleceu como objetivo principal “aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (WORS-TER, 1991, p. 199-200).

Este trabalho visa contribuir para o aprofundamento desse entendimento, particularmente no que concerne à relação entre ciência, pecuária e natureza no Marajó. Para Prado Junior, a escolha desta região para a criação de gado no período colonial “se impôs pela falta de alternativa nesta região florestal e semiaquática da bacia Amazônica” para abastecer os “centros coloniais da foz do grande rio onde se agrupa a maior parte da população do vale” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 220). Contudo, “as atividades de criação de gado nas fazendas dos grandes proprietários passaram a assumir uma importância econômica cada vez maior”, devido aos “bons negócios envolvendo o abastecimento de carnes verdes em Belém”, e ao “comércio de exportação de couros e couros secos”. Além disso, “o surgimento do contrabando de bois, cavalos e couros” animava o “desenvolvimento da atividade criatória entre os fazendeiros” (BEZERRA NETO, 2012, p. 150-152).

### **De Wallace a Hurley**

A importância da pecuária no Marajó não passou despercebida pelos olhares de cientistas no século XIX. Em *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*, obra que começou a ser escrita pelo naturalista Alfred Russell Wallace a partir de 1848, o referido autor dizia que a ilha de Mexiana era “afamada por causa de seus pássaros, jacarés e onças”, sendo “aproveitada como fazenda de criação de gado pelo seu proprietário”. Em relação aos jacarés, estes eram “encontrados em um lago, no

centro da ilha”, onde eram “mortos em grande número, especialmente para tirar-lhes a banha e dela fazer-se óleo”. Além disso, o naturalista destacou uma informação obtida do “Sr. Leonardo” de que “em alguns lugares da ilha, tais bichos são muito abundantes, e que ele costuma ter alguns homens empregados especialmente em caçá-los, matando-se nessas ocasiões muitos milhares” (WALLACE, 2004, p. 125-127).

Os jacarés não eram os únicos animais que estavam sob a mira da expansão pecuarista. Wallace (2004, p. 130) também destaca que os trabalhadores da fazenda tinham “por obrigação”, dentre outras coisas, “matar os morcegos” que “causam grande dano ao gado, sugando-lhe o sangue, noites seguidas”. O viajante relata que estes animais “moravam nas cavidades das árvores”, onde eram “mortos em considerável número”, tendo o “Sr. Leonardo” informado “que cerca de 7.000 foram mortos, nos últimos seis meses”. Por outro lado, dizia-se “que milhares de reses foram mortas por eles em poucos anos”.

A rápida reprodução de cavalos também poderia ser considerada empecilho para o estabelecimento da criação de gado. Na edição de 10 de fevereiro de 1876, do *Jornal do Pará*, constava a reprodução de parte do Relatório apresentado pelo engenheiro Domingos Soares Ferreira Penna ao presidente da província Corrêa de Sá e Benevides, no qual o autor dizia que, outrora, “reproduzidos em tão grande número e, tornados, em parte, quasi selvagens, os cavallos devastavam os campos, devorando as pastagens e não deixando ao gado bovino sinão fracos restos de alimento, insufficiente para a sua nutrição”. Enfraquecidos, estes animais acabavam “indo procurar a nutrição que lhes faltava no campo”, embrenhando-se pelos “mattos alagadiços e mais geralmente pelas baixas e atoleiros onde cahiam e morriam faltando-lhes força para se salvarem”. Neste

contexto, reconhecia-se que “a origem principal sinão única de taes prejuízos era a multidão de cavalos que devorando as pastagens não produziam menores danos e estragos na ilha do que a praga dos gafanhotos em certas regiões da terra”.

Para o engenheiro, tal estado de coisas permaneceu até 1826, “quando inopinadamente apresentou-se presidente o agente de um inglez industrioso, requerendo licença para comprar e matar 5000 eguas em Marajó, afim de aproveitar na indústria as pelles e crinas”. Concedida a licença, teriam aparecido outros agentes realizando a mesma solicitação “e procedendo a igual carnificina no gado cavalari”. Na edição de 17 de fevereiro de 1876 do *Jornal do Pará*, dava-se continuidade à reprodução do Relatório, ressaltando-se que como resultado da referida matança “ficaram os cadáveres em montes nos curraes ou dispersos pelos campos, e as suas carnes, logo corrompidas, viciaram de sorte a atmospheria com a sua infecção”. Em virtude do “estado corrupto da atmospheria”, os cavalos teriam começado “a sofrer a moléstia que os criadores denominam *Quebra-bunda* por affectar e inutilisar os membros inferiores do animal, de modo a não poder este sustentar-se em pé”.

No jornal *Estado do Pará* de 27 de junho de 1915, Ferreira Teixeira citava a análise do “dr. Adolpho Lutz, que veio ao Pará, em 1907, contractado pelo dr. Augusto Montenegro, então governador, especialmente para estudar o ‘quebra-bunda’ e outras epizootias reinantes em numerosos centros pastoris”. Quanto à primeira, Lutz teria indicado “no interesse da prophylaxia, matar os animaes, no sangue dos quaes se encontra os parasitas”, aconselhando neste sentido a “matança das ‘capivaras’ e dos cavallos doentes”.

Essas observações científicas ocorriam em um momento de desenvolvimento da crítica ambiental no

Brasil. Segundo Pádua (2004, p. 13-15), a gênese de um grupo crítico à destruição do ambiente natural possuía “dois epicentros institucionais bem definidos”: a Universidade de Coimbra, após a reforma de 1772, quando o ensino superior português se aproximou “das novas ideias de filosofia natural e economia política”, bem como a “Academia Real das Ciências Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1779”. Nestas instituições, o naturalista italiano Domenico Vandelli foi uma importante influência teórica, ao difundir um “ideário intelectual que combinava as novas concepções de ciência natural divulgadas por Lineu (1707-1778) e Bufon (1707-1788) com a doutrina econômica fisiocrata, defensora do progresso a partir da produção primária”, fazendo com que Vandelli comesse a publicar, a partir de 1780, “vários textos onde criticava a forte destruição ambiental que estava ocorrendo em Portugal e nas suas colônias”, como no Brasil, em que “os grandes desmatamentos estavam destruindo muitas espécies da flora ainda desconhecida pela ciência”.

A crítica ambiental em “processo de gestação”, no Brasil, “encontrou sua expressão mais profunda e sistemática na obra de José Bonifácio”, que havia participado do grupo de Vandelli em Coimbra. Quando retornou ao Brasil, Bonifácio enfatizou “a reforma ambiental como instrumento de superação do passado colonial”, estabelecendo “a existência de um nexos causal entre a produção escravista e a destruição do ambiente natural”. Essa linha de pensamento continuou em intelectuais abolicionistas como Joaquim Nabuco e André Rebouças, e esteve presente em historiadores e geógrafos, Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva e Domingos Ferreira Penna; médicos, como Francisco Ferreira Alemão e Emilio Joaquim da Silva Maia; naturalistas, como Guilherme Capanema e José Saldanha da Gama; especialistas em agricultura, como Frederico

Burlamaque e Miguel Antônio da Silva; fazendeiros como Francisco de Lacerda Werneck; políticos, como Luís Pedreira do Couto Ferraz e Tomás Pompeu Brasil; e ensaístas da Primeira República, como Euclides da Cunha e Alberto Torres (PÁDUA, 2004, p. 16-17).

O fortalecimento da Biologia também corroborou para a intensificação da crítica ambiental. Segundo Duarte, “essa ciência se constituiria ao longo do século XIX, com a sistematização de suas áreas principais, tais como a embriologia, a citologia, a fisiologia, a evolução e a genética”. No Brasil, um dos processos que a colocou em evidência foi a “intensa difusão da eugenia entre os círculos intelectuais” ao colocar o debate sobre a “inferioridade da população brasileira”, além do “sucesso da microbiologia e o reconhecimento das descobertas de Pasteur pela comunidade científica” que se apresentavam como aliados estratégicos para as “autoridades públicas no enfrentamento dos graves problemas causados pelo crescimento populacional, pelas aglomerações urbanas e por novas condições ambientais, que geravam quadros turbulentos de epidemias” (DUARTE, 2010, p. 34-40).

Além disso, “a descoberta do papel dos insetos como vetores de inúmeras doenças, no final do século 19, inaugurou verdadeira ‘idade de ouro da entomologia’”. Destacava-se também as pesquisas zoológicas que tentavam identificar “animais hospedeiros de vermes e micróbios”. A influência dessas subáreas da Biologia fazia com que as doenças passassem “a ser um problema que exigia conhecimentos entomológicos, faunísticos e ecológicos, e médicos e biólogos se uniram para estudar a morfologia, a fisiologia e o ciclo de vida dos hospedeiros-vetores, assim como sua distribuição geográfica”, focando-se em “populações humanas, mas também populações de bactérias, insetos e mamíferos” (DUARTE, 2010, p. 43).

A Biologia também tinha uma importância estratégica em um “país cuja principal sustentação econômica residia na exportação de *commodities* agrícolas”. Caso exemplar neste sentido foi a iniciativa do governo do Pará em reabrir o Museu Paraense, em 1891, devido à importância da exportação da borracha para a economia local. Na direção desta instituição, o zoólogo suíço Emilio Goeldi “contratou pessoal, renovou instalações e editou revistas científicas”, além de construir um zoológico com “inúmeras espécies amazônicas”, um horto botânico e estações biológicas. O novo diretor do museu também “chegou a realizar iniciativas de reprodução em cativeiro, como fez com as garças-brancas, objeto especial de sua preocupação e de protesto junto às autoridades paraenses” (DUARTE, 2010, p. 43-44).

As experiências dos cientistas rumo ao interior “longínquo” também fortaleciam a crítica ambiental. O Museu Nacional, por exemplo, participou da “Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas” com a missão de “inventariar e estudar a flora e a fauna das regiões a serem percorridas, assim como ser a depositária do material coletado”, num momento em que “projetos de nação avaliavam, cuidadosamente, os recursos naturais disponíveis, as possibilidades agrícolas e a utilidade da fauna, além dos perigos representados por animais peçonhentos e insetos vetores de doenças tropicais”. O encontro com as populações sertanejas também possibilitou o surgimento das “imagens do abandono das populações – relegadas à miséria, ao analfabetismo e às relações sociais baseadas no egoísmo e na violência –, da fraqueza do Estado e da necessidade de uma ação sistemática” (DUARTE, 2010, p. 46-47).

Neste contexto, causa estranheza a posição científica em relação à matança de animais selvagens



e domésticos que viessem a prejudicar a indústria do gado. Inclusive, autoridades do poder público atuaram na defesa desse extermínio. A *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo* pelo governador Paes de Carvalho, em 1897, não citava explicitamente quem eram os “inimigos do gado”, mas falava da necessidade de “desenvolver e animar a criação, amparal-a e protegel-a contra os seus inimigos naturaes” (PARÁ, 1897, p. 23). O governo de Augusto Montenegro, por sua vez, incentivava o extermínio de jacarés na ilha do Marajó para evitar prejuízos à criação de gado, por meio da publicação *Album do Estado do Pará: oito annos do governo (1901-1909)*, na qual era estampada a seguinte fotografia em uma de suas páginas:

**Figura 01 - Matança de jacarés, em Marajó**



Fonte: PARÁ. Governador, (1901-1909). Augusto Montenegro.

Na década de 1930, encontramos um posicionamento científico mais incisivo no tocante aos impactos socioambientais da expansão da pecuária no

Marajó, sob a égide do latifúndio. Em uma publicação da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará de 1933, Jorge Hurley analisava uma longa resposta de Frederico Villar, “capitão dos Portos” do referido estado à época, “aos fazendeiros da região do Marajó/PA que pleiteavam no juízo federal o exercício de propriedade sobre as águas dos igarapés ou ribeirões que nasciam em limites de suas propriedades particulares”, a qual pode ser resumida em três pontos cruciais:

1) as águas da Amazônia deveriam servir aos que mais necessitam delas, isto é, às populações ribeirinhas (tradicionais) que delas sobrevivem; (2) tecnicamente, as águas são *res communes* (de uso comum) e a flora e a fauna aquáticas são *res nullius* (sem dono) o que confere às populações tradicionais o direito de exercer seu trabalho, em uma perspectiva produtiva (relações sociais); (3) todos os atos concernentes ao uso das águas (navegabilidade e pesca) na região amazônica estão sob a jurisdição do governo federal e sob a administração estadual, no Pará, representada pela Capitania dos Portos (GUIMARÃES, p. 81-84).

Desta forma, Hurley deixava claro em seu discurso que havia limites à expansão pecuarista engendrada pelos grandes proprietários, em uma análise que articulava questões socioambientais, encontrando eco durante o governo de Getúlio Vargas, o qual “evocava as imagens de sertanejos desvalidos e operários empobrecidos, vítimas de elites egoístas, a serem reconduzidos à dignidade pela educação e higiene, sob a batuta de um Estado protetor, o que tornaria possível acreditarem novamente na solidariedade humana”. Estas perspectivas também eram defendidas pelos cientistas do Museu Nacional que as correlacionavam com “os fenômenos biológicos referentes à vida e às populações”. O resultado disso foi a promulgação do Código de Caça e Pesca, de 2 de janeiro de 1934; do Código Florestal, de

23 de janeiro de 1934; do Código das Águas, de 10 de julho de 1934; e do Decreto 24.645, de 10 de julho 1934, que estabelecia “uma série de medidas de proteção aos animais, incluindo os domésticos” (DUARTE, 2010, p. 63-70). Contudo, uma questão permanece: houve vezes que se levantaram contra o extermínio de animais considerados “inimigos do gado” naquela época?

### **Considerações finais**

Ao destacarmos os olhares da ciência acerca da criação de gado no Pará, percebemos notas sobre os impactos desta expansão na fauna local e, inversamente, como esta afetou a pecuária. Contudo, constatamos um aumento expressivo do gado bovino, juntamente com outras espécies de animais domésticos. Enquanto que “há dezenas de milhares de anos, não mais de alguns milhões de ovelhas, vacas, cabras, javalis e galinhas viviam em nichos seletos na África e na Ásia”, atualmente “o mundo tem cerca de um bilhão de ovelhas, um bilhão de porcos, mais de um bilhão de cabeças de gado e mais de 25 bilhões de galinhas. E eles estão pelo mundo todo” (HARARI, 2016, p. 103).

O Marajó fez parte desta história expansionista de animais domésticos. Ao analisá-la, corroboramos para a defesa de que os impactos socioambientais na Amazônia devem ser compreendidos em uma longa temporalidade, em uma interação sociedade e natureza, a qual envolve vegetação, recursos hídricos, fauna, cultura e ciência.

### **Referências Bibliográficas**

BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão negra no Pará: (séculos XVII – XIX). Belém: Paka-Tatu, 2012.

DRUMMOND, J. A. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

DUARTE, Regina Horta. A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

GUIMARÃES, Iza Vanessa Pedroso de Freitas. Amazônia no domínio das águas: Hurley e a revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1917-1938). Revista de História Regional, n. 17, v. 1, 2012, p. 66-88.

HARARI, Yuval Noah. Sapiens – uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2016.

PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PARÁ. Governo do Estado. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador Dr. José Paes de Carvalho. Belém: Typ. do “Diário Oficial”, 1897.

PARÁ. Governador, 1901-1909 (Augusto Montenegro). Álbum do Estado do Pará: oito annos do governo (1901 a 1909). Paris: Chaponet, 1908.

PENNA, Domingos Soares Ferreira Penna. A ilha de Marajó: Relatório apresentado á s. exc. o sr. dr. F. M. Corrêa de Sá e Benevides, presidente da província. Jornal do Pará, Belém, 10 de fevereiro de 1876, p. 1.

PENNA, Domingos Soares Ferreira Penna. A ilha de Marajó: Relatório apresentado á s. exc. o sr. dr. F. M. Corrêa de Sá e Benevides, presidente da província. Jornal do Pará, Belém, 17 de fevereiro de 1876, p. 1.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TEIXEIRA, Ferreira. A erradicação do quebra-bunda (peste de cadeiras) pela cura. Estado do Pará, Belém, 27 de junho de 1915, ano 5, n. 1535, p. 5.

WALLACE, Alfred Russel. Viagens pelo Amazonas e Rio Negro. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

**MUSEU PARQUE SERINGAL:  
PROPOSTA DE ENSINO DE HISTÓRIA E NATUREZA**

---

**Ana Maria da Silva Conceição<sup>1</sup>**

Considerando a presença importante das árvores da *Hevea brasiliensis*, por meio da relação entre história e natureza e partindo do princípio da prática de ensino, surge o interesse para a construção deste objeto de pesquisa em ensino de História nas séries do ensino fundamental, mais especificamente, no colégio Cândido Horácio Evelin (rede pública). Essa pesquisa se faz necessária partindo da análise e da importância da História de Ananindeua na constituição de sua memória e identidade, como elemento formador dos sujeitos que nela estão inseridos. Traçando uma estratégia de ensino e pesquisa que dialoga com o tempo presente; consciente de que a escola é um microambiente do que é a sociedade, sem deixar de considerar seu entorno como o Museu Parque Seringal, localizado no bairro da Cidade nova VIII como uma das poucas áreas de preservação da memória da Economia da borracha em toda região metropolitana de Belém.

Considerar a natureza aos processos históricos que perpassam a história do homem Amazônico; fazer com que o aluno se sinta sujeito de sua própria história é um caminho a ser seguido. E é necessário ter o compromisso e fazer nossa parte como professores/pesquisadores; dar o devido suporte didático para que nossos alunos construam o senso de criticidade em relação à natureza como sujeitos parte da História mundial, entendendo nossas especificidades regionais. É

---

<sup>1</sup> Graduada em Bacharel e Licenciado Pleno em História pela Escola Superior Madre Celeste (ESMAC). Especialista em Educação a distância-EAD (UEPA) e Mestranda profhistoria-UFPA/Ananindeua 2019  
Email: conceicaoanamaria44@gmail.com

necessário refletir uma didática que, até os dias atuais, continua a reproduzir e afirmar uma história universal europeia que silencia as múltiplas identidades na Amazônia. Adotar uma estratégia multiplicadora através do ensino de História como sendo inseparável do conhecimento dos processos históricos que remetem a apropriação da natureza pelo homem, deve ser uma pauta adotada pelos professores.

É importante ressaltar a presença da História ambiental para o processo de ensino e aprendizagem com o propósito de estar aberto a outras perspectivas de análise nas aulas de História. Entender e contextualizar como a presença de árvores em um lugar social pode guardar ou contar parte da História de um município, neste caso o município de Ananindeua, sob o ponto de vista da análise das árvores da *Hevea brasiliensis* presentes no Museu Parque Seringal.

Diante de um ente devorador como o museu, tantas vezes chamado de dinossauro ou esfinge, não se pode ter ingenuidade. É prudente manter por perto a lâmina da crítica e da desconfiança. Ele é ferramenta e artefato, pode servir para a generosidade e para a liberdade, mas também pode servir para tyrannizar a vida, a história, a cultura; para aprisionar o passado e aprisionar os seres e as coisas no passado e na morte (museus necrófilos). Para entrar no reino narrativo dos museus é preciso confiar desconfiando. (CHAGAS, 2011, p.7)

Este estudo abre um caminho e ideias a serem postas em prática e que versem sobre o entendimento do aluno no decorrer desta pesquisa. Como sujeito histórico, é importante que entenda sua participação na construção de sua história; sendo que é indispensável seu parecer como aluno e sujeito histórico; na colaboração com a produção e os resultados obtidos com este estudo sobre o Museu Parque Seringal. Entendido aqui, como um lugar social de construção de conhecimento.

Tendo em vista que, os processos de elaboração histórica, não está descontextualizado da vivência também dos alunos. Mas é necessário ressaltar “que não se pode ter ingenuidade. É prudente manter por perto a lâmina da crítica e da desconfiança”, tanto em relação ao estudo de museus ou Museus Parques, como o Seringal; quanto em relação aos estudantes através das aulas de campo para que eles tenham contato com a história do local. Fundamental no processo de construção do conhecimento do alunado é interessante a observação da atitude de ambos: tanto do museu como “esfinge” quanto da arrogância ou não dos alunos no que concerne suas experiências diante do museu.

Extensas são as produções referentes ao período da borracha na Amazônia; no qual revelam um dos elementos naturais explorados pelos invasores que por aqui passaram podemos perceber a visão de natureza. Sobretudo, nos permite identificar inicialmente como esta prática da coleta extrativa mudou os rumos da História mundial, no caso, de exploração da natureza em diferentes momentos do processo histórico do extrativismo.

No campo da historiografia, modelos construídos no decorrer dos séculos, a despeito de sua enorme diversidade, têm em comum o fato de lidarem mal com a variável natureza ou meio ambiente. Até o século XIX, a natureza encontrou algum espaço nos textos de análise histórica; todavia, na maior parte do século XX, ela foi completamente varrida para fora do campo de visão dos historiadores. Ainda hoje, a esmagadora maioria dos livros de história prescinde de reflexões sobre o ambiente ou sobre o espaço no qual se inserem os processos estudados. (MARTINS, 2008, p.66)

Considerar que a dimensão ambiental da história, além de essencial, garante a ampliação de nossas



interpretações (KETTLE, 2018). Ampliar, no sentido de possibilitar a abordagem de um determinado tema como o chamado Ciclo da borracha, chamando atenção para a especificidade de como se deu esse processo no município de Ananindeua. Pois se existiram áreas de seringais (como a fazenda da Pirelli em Marituba e a praça do complexo no bairro da cidade nova VIII) e o próprio espaço do “Seringal” são provas de que os efeitos da demanda pelo produto foi presente na área que corresponde a cidade de Ananindeua. Uma leitura atenta ao meio ambiente do ponto de vista da árvore de seringueira como uma espécie geradora do debate em torno da História da Amazônia que perpassa diferentes momentos da História do Brasil e do mundo, tem a possibilidade de discutir o processo Histórico sob outros aspectos, ou seja, desencadear temas às aulas de História a partir da observação da natureza como a existente no Museu Parque Seringal.

**Figura 01 - Portão de entrada do Museu Parque Seringal**



Fonte: <http://adrielsonfurtado.blogspot.com/>

**Figura 02 - Passarela central de entrada do Museu Parque Seringal.**



Fonte: Ana Maria 2019

O Museu Parque Seringal tem uma singularidade: é um parque fruto da intervenção humana. Não é uma paisagem natural, que de acordo com a geografia são as cachoeiras, montanhas e florestas preservadas, mas proporciona a tríade apresentada por Isaías Ribeiro: paisagem-arquitetura-arte, com a organização de eventos tanto para a comunidade escolar quanto para a comunidade em geral. O Museu Parque Seringal se encaixa no contexto de Museu Parque por estar localizado na zona metropolitana de Belém, porém bem afastado do centro e tem como características peculiares aspectos do rural e do urbano. Oferece também a experiência de dar atenção para a história do município de Ananindeua e levantar o debate para a conservação do meio ambiente.

Conforme o exposto, podemos inferir que o Seringal, como popularmente é chamado, se encaixa perfeitamente na ideia de conservação e preservação para atender a comunidade, devido à relevância que tem em todo o entorno de sua localização, no qual é possível a promoção de atividades de lazer e pedagó-

gicas - como aulas de História - em um contexto de aprendizado para além da sala de aula. Configura-se assim, uma forma de possibilitar o direito e o acesso à cidade e à História de Ananindeua. Pois, nesta cidade, existem apenas dois espaços de visitação ao público (Museu Parque Seringal e Parque Danúbio) para uma população de mais de quinhentos mil habitantes, são números preocupantes se ainda considerarmos a falta de investimentos na infraestrutura e preservação de ambos.

Localizado na cidade de Ananindeua, no Estado do Pará, e próximo a algumas escolas municipais, particulares e estaduais, entre elas a Escola Estadual Candido Horácio Evelin – lócus também desta pesquisa - o Museu Parque Seringal é uma área remanescente da plantação de antigos seringais no município de Ananindeua, próximo a ele encontramos também a praça chamada de Complexo da Cidade Nova VIII, mais ampla e com aproximadamente noventa por cento de sua arborização com exemplares de árvores de seringueiras. Campos (2016) relata, ao fazer uma abordagem sobre o Museu Parque Seringal na perspectiva de ser ele uma área de lazer; ao avaliar o tempo histórico, é evidente que os parques são diferenciados, em relação aos objetivos e papéis, das necessidades vivenciadas pela sociedade. Desse modo, o mesmo autor diz ainda que atualmente, ele tem a função social, estética e ecológica, configurando-se como espaços onde os indivíduos podem gozar do seu “tempo livre”, uma necessidade cada vez mais presente nas populações urbanas. (CAMPOS, 2016. p.9)

Na página oficial do governo municipal, publicado por meio do Diário Oficial do Município de Ananindeua, nº 1.438, de 09 de abril de 2012, p. 6, está sancionada a lei de criação do Museu Parque Seringal. Essa lei dispõe que o Museu é uma Área de Relevante

Interesse Ecológico (ARIE), criada de acordo com a lei municipal Nº 2560, de 29 de março de 2012, com uma área total de 1,348 hectares e perímetro de 513,00 metros. É interessante perceber descrição do artigo segundo, no qual podemos verificar os objetivos para o qual foi criada a ARIE - Museu Parque Seringal. Desse modo, estabelece em seus incisos a seguinte determinação:

I - manter o ecossistema natural de importância regional e local; II - garantir a preservação e a proteção da fauna e da flora ali existentes; III - promover a utilização dos componentes naturais na educação ambiental, com a finalidade de tornar a comunidade parceira na conservação do patrimônio natural do município; IV - proporcionar à população condições de exercer atividades culturais, educativas, recreativas e de lazer em um ambiente natural equilibrado; V - resgatar a identidade patrimonial histórica e cultura locais, com destaque à valorização do Ciclo da Borracha no Município de Ananindeua. (Lei Nº 2560, de 29 de Março de 2012. Art.2º)

Podemos perceber que a própria lei é composta por características interdisciplinares em que são descritos temas como ecossistema natural, regional e local e identidade patrimonial histórica, termos usados por exemplo na Geografia e Biologia. O uso desses termos torna possível também um estudo sobre este espaço dialogando com o ensino de história e natureza, que de acordo com Ely Bergo Carvalho (2012):

Assim, devem ser levados em conta esses outros “sujeitos da história”, os “elementos naturais”, que têm a capacidade de condicionar significativamente a sociedade. Não mais se busca explicar os fatos sociais exclusivamente pelos fatos sociais, como fazia Durkheim, não mais explicar a sociedade pela sociedade e a “natureza” pela “natureza”, mas se procura entender a interação entre ambas, que gera a sociedade e a “natureza”, tal como se conhece, unindo, dessa forma, o que jamais esteve se-

parado, salvo nas análises humanas (Drummond, 1991). (CARVALHO, 2012, p.111)

O contexto do Artigo segundo da lei de criação do Museu proporciona um diálogo com os conceitos utilizados pelas áreas do conhecimento citadas e as determinações para as quais o Museu foi criado. O Museu pode se tornar, assim, um campo fértil para educadores, pois, segundo pesquisa de Ely Bergo Carvalho, acima citado, “a natureza não aparecia nas aulas de história”. Podemos inferir que, no conjunto dos espaços do Museu Parque Seringal existe a possibilidade de “ensinar a interação entre ambas: a sociedade e a natureza”, haja vista conter uma simbologia agregada de historicidade em torno da presença das árvores de seringueiras, fator primordial para que este espaço se tornasse o segundo parque ambiental do município.

Sobre as interpretações que um Museu pode ter a partir do pensamento de Mario Chagas é interessante notar que:

Durante longo tempo os museus serviram apenas para preservar os registros de memória e a visão de mundo das classes mais abastadas; de igual modo funcionaram como dispositivos ideológicos do estado e também para disciplinar e controlar o passado, o presente e o futuro das sociedades em movimento. Na atualidade, ao lado dessas práticas clássicas um fenômeno novo já pode ser observado. O museu está passando por um processo de democratização, de ressignificação e de apropriação cultural. Já não se trata apenas de democratizar o acesso aos museus instituídos, mas sim de democratizar o próprio museu compreendido como tecnologia, como ferramenta de trabalho, como dispositivo estratégico para uma relação nova, criativa e participativa com o passado, o presente e o futuro. (CHAGAS, 20. p. 5)

A construção de uma narrativa histórica presente no “Memorial”, que é o espaço reservado ao Museu

dentro do Parque Seringal, apresenta uma proposta de registro de memória e visão de museu como forma de controlar o passado do período da Borracha na Amazônia demonstrada nas imagens dispostas abaixo:

**Figura 03 - Prédio do Memorial.**



Fonte: <http://adrielsonfurtado.blogspot.com/>

**Figura 04 - Exposição interna do Memorial.**



Fonte: <http://adrielsonfurtado.blogspot.com/>

Ao possibilitar a leitura da imagem em todos os seus detalhes por intermédio da visão que temos da exposição presente na Imagem 4; podemos perceber que a organização está retratada como um gabinete de curiosidades, perfilando cada contexto onde os sujeitos históricos estavam inseridos; com uma tentativa de transportar o visitante para o período do chamado



“boom” gomífero, podendo ser entendido como dispositivo ideológico no qual reafirma uma leitura da história que pode ser encontrada nos livros didáticos. Tal fato diverge do pensamento de Mário Chagas como afirma acima ao dizer que o museu está passando por um processo de democratização, de ressignificação e de apropriação cultural.

A presença das árvores de seringueiras possibilita uma outra interpretação do contexto histórico correspondente ao período e suscita uma leitura da História do ponto de vista ambiental. A paisagem natural observada no parque, conta a História do Ciclo da Borracha e pode desencadear outras interpretações sobre a relação da natureza com o homem do presente e do passado. Talvez o maior desafio seja reconhecer que essas instituições criam e acolhem o humano, e, por isso mesmo, podem ser devoradas, devorar e ressignificar os museus; esse é um desafio para as novas gerações (CHAGAS, 2012).

A geração de alunos que moram ou estudam próximo ao museu, por exemplo, podem ter concepções e diferentes interpretações sobre aquele espaço - não só sobre o período da borracha pois, podemos inferir que a natureza existente no Museu Parque seja mais simbólica para os alunos do que a História relatada durante a visitação na exposição do Memorial. A viabilidade de trabalhos interdisciplinares não conduz, dessa forma, à exclusão de conteúdos tradicionais da disciplina de História, mas exige uma abordagem que possa integrar o conhecimento sobre o meio ambiente com as demais áreas de estudo (BITTENCOURT, 2003). A exemplo da exposição no espaço do Memorial, que reproduz o conteúdo numa linguagem característica do ensino tradicional no contexto do ciclo da borracha. O ensino de História, ao interagir com a natureza, possibilita uma abordagem interdisciplinar dialogando não

só com a geografia ou as ciências biológicas, sugere um outro olhar sobre a História. Sobre o Meio ambiente e o ensino de História, Circe Bittencourt (2003) propõe que:

Uma prática interdisciplinar, tendo como uma das suas preocupações básicas contextualizar os problemas ambientais próximos do vivido dos alunos, situando-os em espaços e tempos mais amplos, pode esclarecer a importância de se estabelecer relações entre o mais próximo e local com o mais distante e o geral (BITENCOURT, 2003, p. 54).

Diante da prática interdisciplinar anteriormente citada e nesse momento relatada pela autora, a qual propõe contextualizar os problemas ambientais e situar o tema próximo aos espaços vividos pelos alunos, sugerimos a possibilidade de estabelecer essa mesma relação de proximidade referente a localização entre a Escola Candido Horácio e o Museu Parque Seringal, locais desta pesquisa. Cabe ressaltar que grande parte dos alunos de várias escolas transitam pelas duas áreas verdes públicas mais próximas como a praça do complexo da cidade nova VIII – anteriormente mencionada – e o “Seringal”. Nesse sentido, podemos afirmar que essas áreas estão incorporadas à vivência desses alunos.



## Referências Bibliográficas

ANANINDEUA. Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 2.560, de 29 de março de 2012, que cria a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) denominada “Museu Parque Seringal” e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Ananindeua, nº 1.438, de 09 de abril de 2012, p. 6.

BITTENCOURT, C. M.F.; PONTUSCHKA, N. N. (org.). Um projeto tantas visões. Educação ambiental escola pública. São Paul: AGB/LA-PECH, 1996.

CAMPOS, Carlos Eduardo da Silva; OLIVEIRA, Leonardo de Souza de. A Construção do lazer e a defesa do meio ambiente no Museu Parque Seringal. 2017. 1 CD-ROM TCC (Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física) - Universidade do Estado do Pará, 2017.

CHAGAS, Mário Souza. Museus, memórias e movimentos sociais. Cadernos de Sociomuseologia, v. 41, n. 41, 2012, p. 5-16. KETTLE, Wesley. A Perspectiva Ambiental e o Ensino de História na Amazônia: Experiências no Município de Ananindeua. Revista do LHS-TE – Laboratório de Ensino de História e Educação, Porto Alegre, v. 4, n. 6, p. 53-69, jan./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/issue/view/3525/showToc> . Acesso em: 04 ago. 2020

CARVALHO, Ely Bergo De. “A natureza não aparecia nas aulas de História”: lições de educação ambiental aprendidas a partir das memórias de professores de História. História oral, v.1, n.15, 2012, p. 107-129.

MARTINS, Marcos Lobato. História e meio ambiente. In: MARTINS, Marcos Lobato; HISSA, Cássio Eduardo Viana. Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar. UFMG, 2008. P. 65-77.

RIBEIRO, Isaias da Silva. Arquitetura de museu-parque: os pavilhões expositivos do Instituto Inhotim. 2016. 267f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

## CONTOS DE RIOS: MEMÓRIAS AMBIENTAIS EM E-BOOK PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

---

**Ligia Mara Barros Ribeiro<sup>1</sup>**

“[...] se o mundo natural interfere no rumo da História humana, a História contada pelos seres humanos também interfere no mundo natural. A natureza sempre esteve na História, pois, entre outros, a disciplina tem um papel ativo no jogo de produção da memória social”. (CARVALHO, 2013/2014, p. 179)

A afirmativa nos ajuda a refletir sobre a importância de se escrever a História levando em conta os agentes naturais existentes e que interagem com as sociedades, bem como o papel importante das aulas de História nesse processo. Na pesquisa desenvolvida com os alunos do 2º Ano A da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Marieta Emmi, em Santa Izabel do Pará, os alunos foram produzindo uma memória ambiental izabelense por meio de entrevistas e perceberam que os sujeitos e os rios nesta cidade estabeleceram formas diferentes de interação no passado gerando experiências que nos dias contemporâneos não são vivenciadas por esses alunos.

Dessa forma, a memória ambiental surge baseada na memória social de práticas e experiências relatadas, bem como na compreensão das relações entre os sujeitos e os rios construídas no passado e presente. Mas chegamos a uma questão: o que se poderia fazer para que essas memórias fossem mais conhecidas e pudessem ajudar a contar uma História do espaço em que os alunos vivem, tendo os rios como agentes centrais, renovando a noção que esses alunos e outros

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de pós-graduação em Ensino de História (PRO-FHISTÓRIA) na Universidade Federal do Pará, campus Ananindeua. E-mail: ligiadanilo23@gmail.com

jovens possuem sobre a natureza e ao mesmo tempo, fazendo deles produtores de conhecimento, exercitando a escrita e construindo uma consciência da necessidade de reflexão quanto à interação e a relevância dos rios e suas águas para a sua vida e de toda a sociedade?

Sugerimos então que os alunos produzissem contos que aliassem essas memórias ambientais por eles amalhadas as memórias já existentes sobre a história da cidade de Santa Isabel do Pará e que estão presentes em obras escritas por outros autores e que há muito são as referências utilizadas para se pensar a história da cidade, dando origem assim a novas narrativas sobre o lugar que tenham os rios como agentes centrais e com os quais os sujeitos interajam. Surge assim o *e-book* “Contos de Rios: histórias izabelenses”<sup>2</sup> que teve a produção dos textos realizada no decorrer do segundo semestre letivo de 2019.

A escolha desse formato para o produto teve algumas motivações, sendo uma delas a de levar os alunos a exercitar a escrita na aula de história, utilizando de uma metodologia diferenciada, fugindo ao modelo de exposição oral e memorização de conteúdos.

Marcos Gerhard e Eunice Nodari afirmam que o uso da pesquisa no ensino da história ambiental faz com que os alunos se coloquem na condição de “participantes da história vivida, autores da história escrita, aprendem a pensar historicamente e tornam-se responsáveis pela preservação da memória individual e coletiva” (GERHARD; NODARI, 2010, p. 60). Desenvolver a pesquisa nas aulas de história permite aos alunos que estudem a natureza do lugar “em diferentes séries do Ensino Fundamental e Médio, com atenção para as

---

<sup>2</sup> Convidamos o leitor a conhecer a obra na qual é possível vislumbrar os rios em constante interação com as personagens e sendo parte da história do município de Santa Isabel do Pará. O e-book está disponível na Biblioteca Virtual que está na página do Laboratório Virtual de Ensino de História (LVEH) e pode ser acessado pelo link a seguir: [www.lveh.ufpa.br](http://www.lveh.ufpa.br).

mudanças e permanências no ambiente e na paisagem que a ação humana produziu”. Assim, eles se sentem parte do processo ensino-aprendizagem realizado como sujeitos atuantes.

Outra motivação é a possibilidade de contribuir com a história de Santa Izabel do Pará. A escrita de contos que apontam os rios como agentes naturais em constante relação com os sujeitos, pareceu uma boa forma de colaborar com a história do lugar, utilizando-se de narrativas com linguagens mais joviais e que tenham as memórias ambientais interligadas como fontes referenciais que ajudem a contar uma história que ainda não estava presente nas produções anteriores ou ao menos não haviam ainda recebido a devida abordagem.

Já apontamos que a produção dos contos foi o caminho pelo qual levamos os alunos a refletir sobre a natureza nas aulas de História, tendo os rios locais como agentes desse processo, onde considerou-se não somente as análises sociais, mas a interação entre o social e o ambiental. Todavia, as novas diretrizes que devem orientar a educação básica no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), também aponta em suas competências direcionamentos que enfatizam a importância do estudo do meio ambiente no espaço escolar:

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (BRASIL, 2017, p. 9).

A competência geral apontada faz parte de um conjunto de dez que orientam a BNCC para todo o ensino básico, e nela consta o entendimento de que a pre-

ocupação com as questões socioambientais deve ser tratada ao longo de todos os seus níveis do ensino, de forma ética e a consolidar a noção de preservação. Na continuação do documento, na parte que trata da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), vemos as Competências Específicas para o Ensino Médio, onde uma dessas competências direciona os componentes curriculares para a perspectiva de trabalhar com a natureza e as questões socioambientais.

3. Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global. (BRASIL, 2017, p. 558).

Vemos que a BNCC, como um documento orientador, traz em suas competências a preocupação de apontar nos currículos os objetos de conhecimento a serem tratados em sala de aula com os alunos da educação básica e, no nosso caso, com o ensino médio. Neste sentido, há o enfoque à natureza e à relação que a sociedade com ela estabelece, respondendo a uma demanda que é própria das questões ambientais contemporâneas, segundo Donald Worster (2004), e que se refletem nos dias atuais nas chamadas crises ambientais, como aponta Rafael Devos (2009).

Na última década do século XX, Heloísa D. Penteadó já chamava atenção para o papel da escola enquanto o principal espaço de formação de uma consciência ambiental que, para a autora, só é alcançado com a aquisição dos conhecimentos sobre a humanidade por todos os alunos e quando a escola fizer abordagens sociais desta temática, apontando uma “incorporação de condutas, em oposição a adesões momentâneas ou

a modismos” (PENTEADO, 2000, p. 17), ou seja, tratando os temas ambientais como parte integrante de todo o processo ensino aprendizagem. É o que vemos apontado na BNCC e que buscamos realizar nesse projeto. Lembramos, no entanto, que a BNCC, no tocante ao ensino médio, ainda é um documento em construção, mas esperamos que as competências apontadas sejam seguidas na prática, tanto no currículo obrigatório como nos itinerários formativos.

Por isso, entendemos que o espaço escolar, e especificamente as aulas de História, são os lugares por excelência da construção de uma consciência ambiental, pois somente no momento em que os alunos se apropriam dos conhecimentos produzidos pela humanidade e interagem com a realidade, é possível romper com um sistema de reprodução de desigualdades, gerando nos alunos uma consciência crítica construtiva que ajude a modificar a conjuntura de crise social e ambiental resultante do sistema capitalista contemporâneo.

Para Heloísa Penteado o conhecimento das Ciências Humanas fortalece o conhecimento das questões sociopolíticas e, por consequência, a compreensão das questões ambientais e é só assim que os alunos podem desenvolver uma consciência ambiental que prepare esses sujeitos para o pleno exercício da cidadania. Para que esse processo se desenvolva, a autora afirma que “*informação e vivência participativa*<sup>3</sup> são dois recursos importantes do processo de ensino-aprendizagem” (PENTEADO, 2000, p. 52).

Os conhecimentos e conteúdos que a autora destaca como importantes para a construção da consciência ambiental são os seguintes: como é o meu meio ambiente imediato (onde vivo); como os elementos do meio ambiente se transformaram; como o meio ambiente reage à nossas ações (PENTEADO, 2017, p. 52).

---

<sup>3</sup> Grifos da autora.

Essas mesmas questões foram levantadas e respondidas nas memórias ambientais izabelenses e também brotaram na escrita dos contos, pois concordamos com a premissa de Ely Carvalho de que a história, e as aulas de história, têm um “papel ativo” na produção das memórias sociais (CARVALHO, 2013/2014, p. 179).

Os alunos foram gradativamente na escrita dos contos apontando os elementos que os aproximavam dessa percepção de uma consciência ambiental ou, como nos sugere Gilmar Arruda (2006), uma “consciência histórico-ambiental” ou “consciência sócio-histórico-ambiental” (p. 114). Para tecer suas conjecturas, Arruda aproxima o conceito de consciência histórica proposto por Jorn Russen<sup>4</sup> com o processo educacional e a questão ambiental. Para compreender o que Arruda propõe, vejamos a afirmativa abaixo:

Voltando a RUSSEN, se a consciência histórica é composta de antes e depois, devemos acrescentar também um antes e depois do espaço concreto vivenciado por aqueles que estão no processo educacional. Ou seja, é necessário considerar o passado concreto do espaço onde o aluno viveu ou vive, a sua relação e a de seu grupo social com a natureza, vivenciada ou partilhada em termos de memória social. Parece que um dos grandes problemas da educação ambiental é a “descontextualização” ou a “estetização” da natureza. (ARRUDA, 2006, p. 117).

Seria, então, por meio de uma aproximação entre conhecimento do passado e a perspectiva construída pelos alunos sobre a natureza, que se pode construir uma consciência socioambiental, segundo a perspectiva de Gilmar Arruda. Esse processo ocorre quando historicizamos a natureza dentro do espaço em que os alunos vivem para que percebam as várias relações,

---

<sup>4</sup> Sobre o conceito de consciência histórica, ver: RUSSEN, Jorn. Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: UNB, 2001.

usos e experiências estabelecidas pelos sujeitos com a natureza, o que podemos chamar de consciência ambiental.

Gilmar Arruda afirma que, para que os alunos consigam definir o que é natureza, seria determinante que a consciência ambiental se forme “pela experiência vivenciada pelos alunos na relação com a natureza de seu local de moradia e com o tempo contemporâneo” (ARRUDA, 2006, p.117). Seria a consciência ambiental resultado da junção de “práticas ou memórias herdadas de seu grupo social”, mas também “do conjunto das informações disponíveis, que circulam intensamente no social através da mídia, do Estado, das ONGs, das empresas” (ARRUDA, 2006, p. 118) que permitem aos jovens formar a sua noção do que é natureza, construir discursos em torno do tema e práticas e experiências cotidianas direcionadas ao meio ambiente.

Fica claro que o conhecimento possuído pelos alunos sobre o seu lugar e sobre as relações e interações entre a sociedade local e os rios em temporalidades distintas, bem como o direcionamento de seu olhar para as questões ligadas ao meio ambiente local nos dias atuais podem levar os alunos a desenvolver sua consciência ambiental, e as memórias ambientais izabelenses tem um papel significativo nesse processo. Elas se juntam com o conhecimento e as referências que os alunos já possuem para construir o espaço das narrativas de cada conto, onde se destacam prédios, clubes, escolas, ruas, grupos étnicos dentre outros aspectos e lugares já reconhecidos como parte importante do espaço que compõem a cidade de Santa Izabel do Pará.

Pensamos esse conceito de espaço levando em conta as reflexões de Michel de Certeau (1998) que propôs em sua obra “A invenção do cotidiano” uma distinção entre “lugar” e “espaço”, levando-nos a refletir sobre as operações que esses conceitos estabelecem. O



historiador francês especifica nesta obra a cidade como lócus de suas reflexões. A cidade em sua materialidade plasmada em ruas, praças ou jardins, no sentido estrito de seu planejamento e construção, por exemplo, pode ser lida como um lugar, sem significações simbólicas relevantes para os sujeitos, que não estabelecem com ele qualquer vínculo relacional. É a partir do habitar a cidade que ela passa a ser significada e pode ser transmutada em espaço. Assim, podemos dizer que o espaço é aquele lugar ocupado, apropriado e transformado pelos sujeitos que ali transitam e o (res) significam a partir de suas vivências particulares e sociais. Espaço que nunca é um dado natural e é sempre construído.

Podemos pensar ainda sobre este trânsito entre o lugar e o espaço, resultante da ação dos sujeitos, como um ato socialmente compartilhado. Criam-se aí permissões e interdições, tácitas ou explícitas, conflitos e harmonizações que se inserem nas disputas de poder pelo discurso significativo e hegemônico do lugar. Então, se fazem escolhas que determinam memórias e interpretações sobre as vivências ali realizadas. O espaço é, portanto, resultante de um campo de disputas, interações, barganhas, conquistas e derrotas. O espaço, apesar de vivido individualmente pelos sujeitos, vai se configurando num lugar comum, compartilhado, possibilitando uma referência cultural que possa significar o coletivo e não apenas o sujeito individual.

Pensamos então o espaço como aquele que foi modificado e (re) significado em Santa Izabel do Pará e na vila de Caraparu e que fora apropriado pelos alunos, figurando em seus textos por meio dos prédios, costumes, festas, dentre outros espaços e manifestações com os quais eles se identificam e apontam como significativos no lugar em que vivem. A intenção é que os rios também passem a ser vistos como um espaço relevante e figurem nessa classificação de espaço para os

alunos por conta da memória ambiental em construção. A lacuna ambiental deixada em algumas obras escritas sobre Santa Izabel do Pará ou o enfoque limitado a áreas específicas do município é o que visamos suprir por meio destes contos, construindo novos discursos e histórias sobre o lugar, pautado na questão ambiental.

Acreditamos que a proposta desenvolvida no decorrer da pesquisa com os alunos, iniciada com a realização de um questionário para conhecermos o que os alunos compreendiam como natureza no espaço da cidade de Santa Izabel do Pará e na Vila de Caraparu, assim como a produção das memórias ambientais realizadas com as entrevistas, juntamente com o processo de escrita dos textos e seus momentos de dúvidas, equívocos, descobertas e acertos, fez com que os alunos pudessem modificar sua consciência ambiental, à medida que passaram a perceber os rios como natureza, compreendendo as interações entre a sociedade e o meio ambiente e, especificamente, como as águas estão sofrendo com o crescimento da cidade, o aumento da poluição, o despejo irregular de lixo nas suas margens e, por conseguinte, a sua contaminação, como uma ameaça para a principal função atribuída aos rios, neste caso, o Rio Caraparu, que ainda é a referência de lazer e turismo.

Compreendemos que a escola e a educação histórica e ambiental são um meio pelo qual podemos não só detectar a consciência ambiental que os alunos possuem, mas buscar construir mecanismos para a reflexão e a transformação da perspectiva dos alunos quanto ao seu espaço e, por conseguinte, também de sua região, seu país e do mundo. Arruda corrobora nossa assertiva quando diz que

As relações homem/natureza historicamente construídas no espaço onde vive o aluno não podem ser ignoradas na inserção do campo da his-

tória na educação ambiental. Deve-se, portanto, antes de mais nada, refletir como se deu historicamente a relação e o processo de apropriação do entorno e, a partir daí, investigar como a “consciência ambiental” se apresenta. (ARRUDA, 2006, p. 118).

Entendemos que a perspectiva inicial dos alunos sobre a natureza passou por modificações mediante o conhecimento e produção de novas informações com o auxílio das experiências vividas, com as entrevistas e a leitura dos autores que já haviam produzido suas narrativas e memórias sociais izabelenses, sendo possível perceber, a partir desta pesquisa, o antes e o depois do espaço em que vivem e dos rios que existem na cidade e na vila de Caraparu e, assim, construir uma nova consciência ambiental, pautada no conhecimento científico e em fontes confiáveis, características estas expressas em suas escritas. Decorre disto a importância da produção dos contos e de sua publicação em um *e-book*.

A escolha do formato da obra também foi motivada pela percepção de que, com o uso da tecnologia, por meio das mídias e redes sociais, seria possível disseminar a produção dos alunos, valorizando o seu protagonismo como pesquisadores e escritores, atingindo um público maior e que não esbarrasse nas limitações que a impressão do livro poderia gerar, ficando disponível na rede para livre consulta.

O público-alvo desta obra é o infanto-juvenil, na faixa etária entre 10 e 17 anos, e que, pensado dentro do espaço escolar, estaria localizado entre as séries do ensino fundamental II e o ensino médio. Esse público na atualidade tem contato e utiliza diariamente a internet e as redes sociais, daí a importância de o livro estar publicado neste formato. Por isso, buscamos orientar que os alunos em sua escrita mantivessem as falas e ações dos seus personagens próximas daquilo que os jovens mais gostam, visando agradar aos leito-

res, o que também justifica a escolha dos estilos de escrita dados aos contos pelos alunos, que foram, a saber: 2 contos de mistério, 1 conto fantástico, 1 romance, 1 de memórias e 1 de aventura.

Temos como resultado das atividades desenvolvidas no decorrer desta pesquisa um crescimento do interesse dos alunos sobre os temas voltados ao meio ambiente e a natureza durante as aulas de história e isso foi percebido no dia-a-dia, nos debates realizados sobre os conteúdos da disciplina. Perguntas, deduções ou mesmo curiosidade relacionadas a natureza e à sociedade, em variadas temporalidades e lugares, passou a fazer parte das aulas semanalmente.

Além disso, a socialização dos contos entre a turma já ajudou muito no processo de divulgação da obra, fazendo com que os alunos ficassem curiosos sobre os textos produzidos pelos demais colegas e querendo ter acesso a obra após a publicação. Ficou aparente a compreensão de que as atividades desenvolvidas no projeto despertaram nesses jovens um novo olhar sobre os rios, reforçando a necessidade e a relevância do trato com as temáticas ambientais para se construir um conhecimento mais amplo em relação à história do seu lugar e à história da humanidade.

## Referências Bibliográficas

ARRUDA, Gilmar. Consciência Histórica, ensino de história e a educação ambiental. *História & Ensino*, Londrina, v. 12, p. 113-122, Ago 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC\\_EnsinoMedio\\_embaixa\\_site\\_110518.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf). Acesso em: 08 de julho de 2020.

CARVALHO, Ely Bergo de. Uma História a serviço da destruição? Livros de História e a modernização ed Mato Grosso, 1964 -1992. *HALAC*, Belo Horizonte, v. III, n. 1, p. 155 – 179, set 2013 – fev 2014. CERTEAU, Michael de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de Fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DEVOS, Rafael Victorino. A crise ambiental sob a perspectiva da memória e dos itinerários no mundo urbano contemporâneo. *Ambiente & Sociedade*, v. XII, n. 2, p. 293-306, jul-dez, 2009.

GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli. Aproximações entre história ambiental, Ensino de História e Educação Ambiental. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel [et al.] (Org.). *Ensino de história: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: ANPUH/RS, p. 57-72, 2010.

PENTEADO, Heloísa Dupas. *Meio Ambiente e formação de professores*. 3ª Ed. São Paulo: CÔRTEZ, 2000.

WORSTER, Donald. Por qué necesitamos de La historia ambiental? *Revista Tareas*, Panamá, n. 117, p. 119-131, mayo-agosto, 2004.

## FUROS, RIOS E IGARAPÉS: A NAVEGAÇÃO FLUVIAL INTERNA NOS SERTÕES DO PARÁ (1835-1850)

---

Siméia de Nazaré Lopes<sup>1</sup>

No ano de 1848, o naturalista inglês Henry Walter Bates (1979, p. 22) iniciou sua viagem pela província do Pará e considerou o local da construção da cidade estratégica para “servir de porto de entrada para a região Amazônica”, pois “as volumosas águas do rio principal e de seus afluentes não somente banham uma extensa e diversificada região como também formam uma vasta e intrincada rede de canais secundários”. Continuando a sua descrição, Bates escreve que esses canais interligam “uma série de lagoas, algumas das quais medindo quinze, vinte ou até trinta milhas de comprimento”. Por fim, concluía sua descrição definindo que o “vale amazônico é assim totalmente cortado por uma rede fluvial navegável que forma um vasto mar interior de água doce, por assim dizer, e não simplesmente um rio, que se expande em infindáveis ramificações”. De fato, seguindo essa descrição, a localização da cidade revelava-se estratégica para a navegação fluvial e o comércio interno, em função da própria topografia da região amazônica: diversos afluentes que cortam o grande rio e outros canais formados de rios menores fazem a ligação da cidade com as vilas do interior, ou mesmo entre as nações limítrofes.

Entretanto, nem a navegação fluvial, nem o comércio interno eram aproveitados para o desenvolvimento das atividades comerciais com as outras localidades. O próprio aumento da extração de gêneros como a salsaparrilha, a castanha e o cacau forçava os

---

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, si-meia@ufpa.br

coletores a “subirem”, cada vez mais, em direção aos altos rios (em direção aos rios Javari, Napo, Iça e Purus). Para tanto, fazia-se necessária a mudança dos transportes utilizados nessa atividade coletora para intensificar a circulação mercantil, as embarcações deveriam ser maiores, regulares e movidas a vapor. Nesse sentido, a navegação fluvial teria papel fundamental para potencializar esse mercado, com a promessa de garantir o aumento no fluxo de mercadorias e de rendas para a Província. Por isso, após a Cabanagem o governo provincial passou a investir em projetos que viabilizassem o desenvolvimento do comércio por meio do melhor aproveitamento da navegação fluvial. Nas observações de Kidder (1972) para a província do Pará, ressaltava-se que em nenhum outro lugar do Império a navegação encontrava um campo tão vasto, porém os moradores e comerciantes da região não tiravam proveito dessa vantagem. Com base nessas descrições, o objetivo desse artigo é apresentar os usos e os processos de modificação das rotas fluviais de navegação que eram utilizadas para fazer a ligação do porto da cidade de Belém com as vilas dos sertões da província. Para além dessa análise, será também discutido algumas ações concretas para a dinamização da articulação comercial entre essas áreas, onde os furos, rios e igarapés se constituíram em um tópico recorrente nos planejamentos políticos e econômicos da província no período entre 1830 a 1850, momento de debates e propostas políticas voltadas para a reestruturação da cidade após a Cabanagem.

Rosa Acevedo afirma que o século XIX foi revolucionário pela combinação de fatores econômicos, influenciados pelas discussões de ideias e políticas que visaram incrementar a produção extrativista e agrícola da região amazônica. A política liberal de modernização dos transportes, que vigorou na segunda

metade do oitocentos, esteve associada à introdução da navegação movida por barcos a vapor, a construção de estradas de ferro, a instalação de companhias de comércio, a entrada de capitais que acompanhavam esses empreendimentos, assim como os melhoramentos do complexo portuário para se adequar a esse novo processo na economia da província (ACEVEDO, 2020, p. 1). Ernesto Cruz analisou o progresso econômico da região paraense a partir dos quadros de produtos exportados. Em 1836, com a Cabanagem, esse quadro diminuiu devido o abandono de braços que, podendo trabalhar na economia e no progresso agrícola da região, ficaram à disposição da guerra, o que dificultou o abastecimento da cidade (CRUZ, 1996, p. 112). Após os anos de revolta, a economia recuperou seu crescimento através da coleta de produtos silvestres, como a extração do cacau e da borracha para a exportação, o que possuía maior peso na balança comercial paraense.

O corpus documental utilizado para essa análise se constituiu nos códices depositados no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), onde pode-se encontrar nas trocas de correspondências entre as diversas autoridades com os presidentes da província as descrições e os circuitos fluviais utilizados para interligar os Sertões à cidade de Belém. Entre as fontes impressas, as descrições dos naturalistas e viajantes que passaram pela capitania/província na primeira metade do século XIX, bem como os Relatórios dos Presidentes e os Códigos de Posturas do período citado apresentam as discussões que pautaram e definiram as formas de uso e de controle sobre a navegação fluvial e os sujeitos que atuavam nessas práticas comerciais.

A partir de 1835, a vida comercial de Belém se modernizava e ganhava impulso com novas rotas fluviais para o abastecimento da cidade. Para tanto, recriava-se no setor de comércio interno a necessidade



de dinamizar a navegação fluvial, visando facilitar a circulação de gêneros e de pessoas, assim como promover a prosperidade do comércio da província. Todavia, antes que ocorresse a instalação de companhias de comércio e navegação a vapor, a navegação interna reclamava por melhorias, para que os afluentes, igarapés, furos e pequenos braços de rios fossem aproveitados para promover o mercado interno com todas as povoações às margens dos rios e no interior da província, pois disso também dependia a comunicação da administração da cidade de Belém com as vilas do interior da província.

A província experimentava um “reflorescimento” após a pacificação da população pelas tropas legalista de Soares d’Andrea. Medidas foram tomadas para conduzir a melhoria do comércio, do movimento portuário e das obras públicas para viabilizar o crescimento comercial, mas sem causar embaraços aos que objetivavam mercadejar. Esta foi a pauta principal adotada pelos diversos presidentes da província, assim como por deputados e militares. Na sessão da Câmara do dia 25 de abril de 1840, Bernardo de Souza Franco, em discurso pronunciado para a posse do Dr. João Antônio de Miranda, destacou entre os diversos pontos apresentados a preocupação com o restabelecimento dos negócios e do comércio da região após a Cabanagem (Treze de Maio, n.º 7, 03.07.1840).

Porém, precisava-se realizar benfeitorias na entrada da cidade como o calçamento e pavimentação de ruas, adotar medidas fiscais para garantir o direito às rendas públicas, assim como a reestruturação dos portos para controlar este reflorescimento do comércio. O argumento consistia em agilizar a limpeza dos canais, lagos e igarapés, com o intuito de conseguir transformá-los em vias de transporte para os barcos e canoas, impulsionar a navegação interna e, com isso, “facilitar

a descida [...] dos gêneros, que abundar podem na grande bacia abraçada pelos [...] Rios Amazonas, [...] e seus confluente, que virão a ser canais por onde desçam imensas riquezas” (SOUZA FRANCO, 1839, p. 12).

Foi orçada para o ano de 1839 a quantia de 2.000\$000 réis para a limpeza da “várzea do Rio Tapajós, a fim de facilitar o trânsito das canoas da Província de Cuiabá”, que os presidentes da província passaram a incentivar. Autorizava ainda ao governo “despender as sobras das Rendas com a construção de um Cais desde o Fortim até o Castello” (APEP, CLPGP, Tomo II, Parte 1ª, 1839). No ano de 1840, teve início o trabalho de melhoramento das calçadas, assim como a colocação dos lampiões da iluminação pública, porém as obras do cais ainda não tinham dado início. João Antônio de Miranda reclamava do atraso na realização dessas obras públicas para a conclusão do prolongamento do Forte do Castelo. As obras de limpeza do canal de Igarapé-Mirim não apresentavam melhoras. Acrescentando a esse estado o barro, o capim e o pau que contribuíam para diminuir ainda mais o fundo do canal, impediam que barcos de maior porte navegassem em direção àquela localidade, visto que “só pequenas embarcações o podem atravessar”. Geralmente o atraso na conclusão das obras estava relacionado à falta de erário nos cofres públicos, por isso o Presidente da Província sugeria que após a realização das obras cobrassem uma contribuição às embarcações para a manutenção dos canais, rios e igarapés navegáveis (MIRANDA, 1840, p. 86).

Devido ao aumento do movimento portuário fazia-se necessário a aplicação de alguns melhoramentos na orla da cidade, principalmente no cais da marinha (que até 1840 ainda aguardava a liberação de capitais). Houve o interesse, por parte dos presidentes da província, de elaborar estudos acerca da navegabilidade dos diversos rios, com o intuito de receber embar-

cações de grosso calado, diferentes das embarcações que trafegavam pela região. Na maioria das vilas do interior não havia estradas nem pontes que fizessem a ligação com os portos da capital, sendo essas vias de comunicação “inteiramente supérfluas. As fazendas e terrenos cultivados estão todos à margem dos rios e todas as comunicações se fazem por água em barcos e canoas” (APEP, FSPP, Códice 1112, 27.07.1840).

Segundo Sampaio (1997, p. 121), tanto o calendário agrícola como os tipos de trabalho na região amazônica, são marcados pelo movimento das águas. As águas regulam os deslocamentos populacionais e as atividades agrícolas, cada qual tem seu período próprio de manejo. Para Waren Dean, alguns homens não passavam mais de 8 meses nas áreas de coleta da goma elástica (seringa), podendo se dedicar a outras atividades produtivas, garantindo os meios de sua subsistência e troca comercial (DEAN, 1989, p. 49). Kidder notou esse deslocamento da população para a fabricação da manteiga de tartaruga. Em função da necessidade de montar abrigo nas margens dos rios para a coleta dos ovos e a fabricação da manteiga, o viajante afirmava que havia poucas habitações às margens dos pequenos rios, “a maioria das vilas assenta-se sobre a margem dos cursos tributários e igarapés” (1979, pp. 182-196).

Medidas ligadas diretamente à navegação dos rios do interior da Província retomavam as discussões dos presidentes. Em um ofício ao comandante da expedição ao Amazonas é comunicado os esforços dos coletores das rendas para vigiar os rios e o contínuo tráfego de embarcações, no entanto, ressaltava o comandante do rio Itaqui que: “tendo este rio de seis para sete léguas (de curso) é fácil haver alguns ocultos sem que cheguem a mesma notícia” (APEP, FSPP, Códice 1113, Rio Itaqui 08.01.1840). Diante disso, tornava-se possível o circuito de canoas sem o assentimento dos coletor-

res e comandantes militares e, em função dessa extensão do curso dos rios, os portos de fiscalização perdiam a sua eficácia.

Dentre as medidas a serem adotadas, novas rotas seriam criadas e os traçados das antigas reclamavam por reparos e melhorias para ampliar as interligações da capital entre as outras cidades da província, as vilas do interior e até mesmo entre os países vizinhos. Tornava-se necessário transpor os rios internos da província para conseguir estender a navegação, e isso se faria, na afirmação do Presidente da Província, João Antônio de Miranda, “logo que batêssemos as águas do Tocantins, Tapajós, Madeira, Arinoz e Juruena, navegação em fim mais fácil, que a do Rio Doce na Província de Minas, porque para dela deduzirmos todas as vantagens, não seria necessário [...] brigar com a natureza” (MIRANDA, 1840, p. 78). Foi pensando nessas mudanças que João Antônio de Miranda sugeriu a construção de uma praça para alojar o mercado público, local onde todos os tipos de mercadorias pudessem ser negociados com maior comodidade aos que para aquele centro fossem mercadejar, mas principalmente seria um lugar onde a polícia municipal exerceria a total vigilância sobre o que seria comercializado (MIRANDA, 1840, p. 91).

Em 1843, com as obras do cais da marinha iniciadas “com notável adiantamento”, outras obras deveriam ser implementadas e concluídas, visto que a arrecadação e a fiscalização dos direitos públicos precisavam ser efetivadas, e a reforma dos portos contribuiria para isso. O discurso do Presidente José Thomaz Henriques ressaltava essa importância, pois no interior da província pouco se arrecadava de impostos, pois a “repressão do contrabando, e do extravio de direitos” contribuiria para o melhoramento da arrecadação dos impostos e como isso sanaria os abusos que incorriam

sobre a receita tributária (HENRIQUES, 1843, p. 6). Por isso a conclusão das obras do cais era tão importante para a cidade, tanto que depois de iniciada a construção próxima à Ponte de Pedra, houve uma queda no preço dos imóveis ao redor do cais, o que apontava a “cessação e dificuldade do contrabando” naquela área.

Para que não houvesse obstáculos naturais à navegação do “comércio miúdo” e estendesse a navegação fluvial entre as vilas, ficou determinado no Código de Posturas do Município de 1848 que aos “moradores dos rios, e igarapés, ou canais deverão desembaraçá-los na parte correspondente às suas terras de paus, raízes, galhos de árvores e outras coisas, que tendão a obstruí-los, ou a embarcar a livre navegação”; ao infrator, aplicariam a multa de 10\$000 reis (APEP, CLPGP, Tomo X, Parte 1ª, 1848). No relatório de 1857, o Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan, passava ao próximo presidente as obras públicas que poderiam dar início durante a sua administração. Sobre a obra entre a cidade e Cameté relatava a respeito do canal de Igarapé-Mirim, “que comunica o rio Moju com o Muritú-Pucú. Este canal é já antigo, e por ele navegam canoas; mas não está disposto para o transito de barcos a vapor, sobre tudo por causa de certas sinuosidades, que são, aliás, fáceis de destruir”. Continuava afirmando que a limpeza do canal “convenientemente preparado, seria de maior vantagem, porque tornaria as vilas de Moju e Igarapé-Mirim pontos de escalas de muito interesse, não só para a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, como para os habitantes daqueles lugares” (BEAUREPAIRE ROHAN, 1857, p. 10).

Com isso, antes que ocorresse a ampliação das rotas internas para a navegação, as autoridades deveriam proceder a desobstrução de canais, o que ajudaria a efetivar a modernização dos pontos, facilitando o deslocamento até as casas comerciais e os portos da

cidade. Todavia, outras questões pontuavam essa política para dinamizar a utilização dessas estruturas para o mercado. Nesse sentido, a arrecadação fiscal dava seguimento a essa política de melhoramentos de infraestrutura para a navegação e para o centro comercial.

O momento de reflorescimento comercial da província no pós-Cabanagem conseguiu articular os diversos elos que se entretecem a partir das práticas mercantis que foram impulsionadas pelo estabelecimento da navegação movida por barcos a vapor com o aproveitamento dos rios e igarapés para impulsionar as vias de comunicação da província. As políticas adotadas pelas autoridades revestiram-se em questões fundamentais para viabilizar o aumento da produção, a circulação de gêneros agrícolas e extrativos e o seu abastecimento nos centros comerciais. A partir de disposições legais na província conseguiram efetuar-se obras que visavam o melhoramento dos portos para receber uma quantidade cada vez maior de embarcações estrangeiras e nacionais. Para tanto, a orla da cidade passou por reformas para aformosear a cidade e, ao mesmo tempo, obstar o contrabando que se realizava próximo aos portos legalizados, ou nos quintais das casas situadas naquelas proximidades.

As Câmaras Municipais trabalhavam para estipular os impostos, as multas e as taxas de licença para abrir e manter “casas de negócios” na cidade e nas vilas do interior. Os taberneiros e os donos de pontos de venda exerciam atividades muito visadas pelas autoridades, em função do controle sobre os lavradores e a estreita relação comercial que entretinham com quilombolas e soldados desertores, efetuando a apropriação dos excedentes almejados pelos grandes comerciantes. Segundo Barreiro (1995, p. 75), as tabernas serviam como lugares de “tensão entre a pulsão do coletivo e a disciplina imposta pela instituição”, por

terem os seus significados discutidos e recriados cotidianamente. Os pontos d'água também figuravam em motivo de controle para as autoridades, não só pelo abastecimento, mas por serem espaços de convívio social e de constante troca de informações. Nesses casos, os fiscais da coletoria agiam, também no “policiamen- to de costumes”, sendo de interesse das autoridades dirimir seus espaços de atuação, seja através de práticas que estimulassem o trabalho, seja na interferência episódica das condições para liberarem a instalação de novos pontos comerciais fora das vilas.

O comércio realizado nos quintais de casas ribei- rinhas foi alvo frequente das autoridades na Província do Grão-Pará diante da facilidade proporcionada aos negociantes para aviar mercadorias, sem apresentar manifesto ou qualquer outra forma que expressasse a “legalidade” do ato. As medidas fiscais incluíram tam- bém o controle sobre a navegação e o comércio fluvial, além da construção de algumas obras públicas com o intuito de embelezar o cais da cidade e a instalação de postos de fiscalização, por onde navegavam as embar- cações com as mercadorias que iriam abastecer a cida- de. Como bem expôs Henrique de Beurepaire Rohan, em função da “multiplicidade de rios, furos, igarapés e lagos que cortam o Território desta Província, está claro que os transportes se fazem, pela máxima parte, em embarcações de todas as dimensões”, sendo indis- pensáveis para a economia da província a melhoria das vias de comunicação, como também o controle so- bre as embarcações e seus condutores (BEAUREPAIRE ROHAN, 1856, p. 52).

As embarcações mantinham-se em direção ao porto de Belém, para onde escoava a produção da re- gião dos altos rios em direção às vilas de Santarém, Cameté, Gurupá e da província do Rio Negro. Spix e Martius apresentam detalhes sobre esse movimento

no cais da cidade e afirmavam que: “logo que chegam as canoas do comércio dessas regiões, animam-se as ruas da cidade, veem-se índios, meios nus, atarefados a carregar os preciosos artigos para a alfândega e dali para os diversos armazéns espalhados pela cidade”. Entretanto, continuavam a descrição, “fora dessa época [...] não é a praça menos morta do que Maranhão, onde limitando-se quase que só a algodão e arroz, que recebe do interior, esses artigos são embarcados dos armazéns, situados junto do porto” (1961, p. 27).

Avé-Lallemant (1962, p. 55) também relatou sobre essa chegada diária de embarcações na fronteira da cidade, assim como a circulação de pessoas e o movimento intenso no cais da Ponte de Pedra, onde se descarregavam os produtos coletados no interior. A importância comercial da cidade de Belém consistia no fato dela suprir os estabelecimentos comerciais da região com os produtos que precisassem, além de coordenar “toda a atividade comercial no portentoso rio”. Segundo Jane Beltrão, inúmeros trapiches rodeavam a orla da cidade onde pequenas embarcações aportavam com rapidez e eficiência para carregar e descarregar mercadorias tais como, “carnes verdes”, peixes, farinha e arroz (BELTRÃO, 1997).

Antônio Baena, em seu *Ensaio Corográfico* para o ano de 1839, ressaltava essa característica da região em relação ao comércio interno, que mobilizava grande parte da população. Pelos rios se realizavam as atividades comerciais em direção às longínquas paragens, através de barcos e canoas que “andam no maneiio das mercadorias” e mesmo no transporte de pessoas; afirmava ainda que o “uso de barcos é de moderna data: e na verdade são eles mais interessantes à navegação dos dilatados sertões da Província” (BAENA, 1839). Nas observações de Marcoy, na bacia do Marajó circulavam centenas de embarcações num constante sobe



e desce de acordo com as marés. Esses barcos ligeiros eram descritos como “aves aquáticas”. Eles circulavam pelos “furos, igarapés e paranás vizinhos carregados de arnota, borracha, mel, aguardente, noz de sapucaia ou óleo de andiroba, que levam até Santana, o maior povoado do Igarapé Mirim, de onde serão despachados para Belém” (MARCOY, 2002, p. 277).

Segundo as observações de viajantes e políticos, essas pequenas embarcações transportavam um grande número de gêneros, suportando cargas que podiam ser de menos de mil até mais de 2 mil arrobas “e o número dos seus remeiros ordinariamente costumava ser de cinco índios nas de menos de mil arrobas, de sete índios nas de mil até duas mil arrobas, e de nove índios nas de mais de duas mil arrobas” (BAENA, 1839, p. 2011). Cientes sobre esse montante negociável nessas pequenas e médias embarcações, o presidente da província estipulou os regulamentos para a eficácia da atuação da Recebedoria das Rendas Provinciais, que estaria responsável pela “administração, arrecadação, fiscalização, distribuição e contabilidades das Rendas provinciais”. O presidente Andrea decretava à Assembleia no artigo 38 que “todas as canoas que aportarem a esta cidade vindas de qualquer parte da Província, serão obrigados seus donos ou encarregados a apresentarem na Recebedoria o Manifesto ou Relação da Carga, que nelas conduzem”. Neste manifesto devia constar a declaração das mercadorias que tivessem “pago os Direitos de Miunças, devendo apensar as Guias, que isso certifiquem; e aqueles que o contrário fizerem, desembarcando tais gêneros sem manifestarem, serão reputados como extraviadores” (APEP, CLPGP, Tomo I, Parte 2<sup>a</sup>, 1838).

Essa dispersão no desembarque de mercadorias foi uma constante, que não agradava aos coletores, o que tornava necessário estabelecer locais para esse

trato comercial, onde estivessem às vistas dos fiscais da Recebedoria. Foi o que estabeleceu o inspetor de patrulhas aos coletores das rendas, em 1839. Por ordem verbal determinava “para não consentir-se Canoas carregadas de gêneros nos lugares, Igarapé da Almas, Reduto e Arsenal e quando encontradas nesses lugares, fossem apreendidos os gêneros e Canoas” (APEP, FSPP, Ofícios Caixa 46: 1838).

Nesse sentido, as discussões na Câmara de Deputados da Província do Grão-Pará sobre a navegação interna geraram uma constante celeuma, visando encontrar uma forma de utilização mais racional do caudaloso rio, promovendo a troca de mercadorias e a circulação de pessoas, porém, condições aos interessados foram impostas. Os projetos apresentados, nem sempre, eram os mais favoráveis à efetivação de uma empresa ou companhia de navegação na região (ANDREA, 1839). Os debates entre as autoridades políticas e militares geravam certos entraves à instalação de companhias de barcos a vapor, dessa forma a comunicação fluvial estava destinada aos antigos barcos e formas de transporte nas pequenas embarcações. Criar possibilidades para o desenvolvimento comercial da província do Grão-Pará e das províncias limítrofes constituiu-se num dos principais debates desse período.

Nesse artigo, a perspectiva foi fazer uma discussão sobre as ideias de progresso após a Cabanagem. Nas falas das autoridades provinciais, a conexão dessa proposta com a reforma e controle sobre os rios, lagos e igarapés por onde circulavam as embarcações que abasteciam a cidade de Belém e as vilas do interior. Essas ações foram pautadas pela motivação em aumentar a produção e a circulação de alimentos e mercadorias, para a intensificação do intercâmbio entre as diversas nações, em síntese, para ampliar a economia nacional. Mas a produção de excedentes reclamava por

melhorias estruturais para viabilizar a expansão econômica. A extensão das vias fluviais de navegação foi resultado desse período, no qual era necessário o escoamento de forma mais eficiente do que era produzido e comercializado. Por isso, o progresso técnico das indústrias acompanharia ao desenvolvimento dos meios de transporte, como a navegação a vapor e a melhoria, ampliação e construção de malhas viárias que interligassem os centros produtores aos pontos de negociação e exportação mundial.

### Referências Bibliográficas

#### Fontes Impressas:

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859. Rio de Janeiro: INL, 1962.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará. Pará: Typographia de Santos & Menor, 1839.

BATES, Henry Walter. Um naturalista no Rio Amazonas. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979. (Viagem realizada entre 1848 e 1859).

KIDDER, Daniel Parish. Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: províncias do Norte. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979. (Viagem realizada em 1839).

MARCOY, Paul. Viagem pelo Rio Amazonas. (Tradução de Antônio Porro). Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas e da Universidade do Amazonas, 2001.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.

#### Relatórios dos Presidentes da Província:

PARÁ (Província). Presidente (ANDREA) Exposição com que o presidente da província do Pará Francisco José de Souza Andrea abriu a sessão da Assembleia Legislativa da mesma Província, no dia 2 de Março de 1838, Pará. Typ. Santos & Menor, 1838.

\_\_\_\_\_. Presidente (SOUZA FRANCO) Discurso recitado pelo Exc. Sr. Dr. Bernardo de Souza Franco, Presidente da Província do Pará, quando abriu a Assembleia Legislativa Provincial, no dia 15 de Agosto de 1839, Pará. Typ. Santos & Menor, 1839.

\_\_\_\_\_. Presidente (MIRANDA) Discurso recitado pelo Exc. Sr. Dr. João Antônio de Miranda, Presidente da Província do

Pará, na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 15 de Agosto de 1840, Pará. Typ. Santos & Menor, 1840.

\_\_\_\_\_. Presidente (SOUZA FRANCO) Discurso recitado pelo Exc. Sr. Dr. Bernardo de Souza Franco, Vice-Presidente da Província do Pará, na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 14 de abril de 1841, Pará. Typ. Santos & Menor, 1841.

\_\_\_\_\_. Presidente (HENRIQUES) Discurso recitado pelo Exc. Sr. Coronel José Thomaz Henriques, Presidente da Província do Pará, na Abertura da Segunda Sessão da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 15 de Agosto de 1843, Pará. Typ. Santos & Menor, 1843.

\_\_\_\_\_. Presidente (BEAUREPAIRE ROHAN) Relatório dirigido pelo Exc. Sr. Dr. Henrique de Beurepaire Rohan Presidente da Província à Assembleia Legislativa da Província do Pará na 2ª Sessão da XII Legislatura, em 15 de Agosto de 1856, Pará. Typ. Santos & Filhos, 1856.

#### **Bibliografia:**

ACEVEDO, Rosa. “Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX”. Trabalho apresentado no I SITREAMA. Belém, 26-28 de março de 2002.

BARREIRO, José Carlos. “E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões, críticas e projeções. In: Revista: Projeto História, São Paulo, nº 12, out/ 1995.

BELTRÃO, Jane Felipe. “Belém de outrora, em tempo de cólera, sob olhares impertinentes e disciplinadores”. *Annaes do Arquivo Público do Estado do Pará*, Belém, 3 (1): 215-241, 1997.

CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial no Pará*. Belém: Editora da UFPa, 1996.

DEAN, Waren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*; [Tradução Eduardo Brandão]. – São Paulo: Nobel, 1989.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

**A NATUREZA NOS RELATOS DE VIAGEM:  
APONTAMENTOS INICIAIS DA PESQUISA**

---

**Maurício José Quaresma Silva<sup>1</sup>**  
**Wesley Oliveira Kettle<sup>2</sup>**

**Introdução**

Em meados do século XVIII, após uma série de debates diplomáticos, as Coroas ibéricas assinaram o Tratado de Madri (1750) que instituiu a política de ocupação das possessões espanhola e portuguesa a partir do uso das “fronteiras naturais” da América. Nesse contexto, Espanha e Portugal designaram administradores coloniais, homens de ciência e religiosos para os trabalhos na Comissão Demarcadora de Limites, visando o estabelecimento das fronteiras ultramarinas na América Ibérica. Durante o século XVIII, os membros da Comissão Demarcadora de Limites escreveram diversos relatos de viagem que apresentam as suas visões sobre os animais, as plantas, os rios e o clima da Amazônia colonial e contribuem para o desenvolvimento do conhecimento científico sobre a região.

Diante disso, esse trabalho é o resultado parcial de um projeto de iniciação científica (PIBIC) chamado “A natureza nos relatos de viagem” que propõe o levantamento bibliográfico dos relatos de viagem do período colonial para a análise dos aspectos culturais, econômicos, políticos, sociais e, principalmente, naturais da

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). E-mail: mauriciosilva1881@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em História e Mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: wesleykettle@gmail.com

Amazônia colonial por meio da perspectiva ambiental da documentação histórica, a análise da representação da natureza amazônica nos relatos de viagem, o debate acerca da relação entre ciência e política no período colonial e o levantamento bibliográfico sobre o tema “relatos de viagem” e “natureza”. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é a apresentação bibliográfica de relatos de viagem do período colonial e de produções acadêmicas acerca do tema “relatos de viagem” e “natureza” na Amazônia, a partir da elaboração de três quadros para a pesquisa.

Em primeira análise, apresentaremos um quadro com a classificação dos personagens históricos que escreveram as suas impressões acerca do mundo natural, o século de produção das fontes coloniais e a quantidade numérica dos relatos de viagem. Por outro lado, apresentaremos um quadro com o levantamento bibliográfico de trabalhos acadêmicos sobre o tema “relatos de viagem”. Em última análise, apresentaremos um quadro com os dados bibliográficos acerca do tema “relatos de viagem” e “natureza”.

### **Relatos de viagem**

Desde o século XX, percebe-se o aumento do uso de relatos de viagem como fontes documentais pelos pesquisadores da área das Ciências Humanas para a análise de aspectos culturais, econômicos, naturais, políticos e sociais de diferentes períodos da história do Brasil, por meio da produção e da divulgação de inúmeros trabalhos acadêmicos, entre eles, artigos, livros, monografias, dissertações e teses. Contudo, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), desde a sua fundação, contribuiu para o trabalho de divulgação dos relatos de viagem e, além disso, esse tipo de documentação histórica encontra-se em obras de

autores clássicos da historiografia brasileira como Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda (FRANCO, 2011). Portanto, o quadro abaixo apresenta o resultado parcial do processo de levantamento bibliográfico sobre as fontes históricas do período colonial na Amazônia.

**Quadro 01 - Conjunto de relatos de viagem pesquisado durante o levantamento bibliográfico.**

PERSONAGENS	SÉC. XVI	SÉC. XVII	SÉC. XVIII
Administradores	-	-	3
Homens de ciência	-	-	4
Religiosos	-	-	5

Fonte: Acervo pessoal.

No quadro acima, nota-se a classificação dos personagens, o século de produção e a quantidade de relatos de viagem. Nesse sentido, o primeiro grupo de personagens, administradores, representa os oficiais de governo da região amazônica. No que se refere ao século XVIII, os relatos de José Gonçalves da Fonseca acerca da viagem do Grão-Pará e Maranhão ao Mato Grosso em 1749 apresentam uma breve descrição dos animais das margens do rio Amazonas e do rio Madeira (PAPAVERO, 2000). Por outro lado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão durante os trabalhos das demarcações de limites na América e o processo de ocupação da região, registrou as suas impressões sobre o mundo natural e a sociedade amazônica a partir da correspondência oficial do governo e de um diário de viagem. Além disso, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, ouvidor da capitania de São José do Rio Negro, produziu um diário de viagem entre os anos de 1774 e 1775, no qual, descreve aspectos geográficos, hidrográficos, naturais,

políticos e sociais da região do alto rio Negro (KETTLE, 2015).

O segundo grupo de personagens, homens de ciência, constitui os “comissários inteligentes” que realizaram os trabalhos das demarcações de limites e possibilitaram o desenvolvimento do conhecimento científico sobre a Amazônia no século XVIII. Nesse contexto, o astrônomo húngaro Ignácio Szentmartonyi elaborou o relato de viagem chamado “Sequente Notitiate de Rio Negro” entre os anos de 1749 e 1755, no qual, apresenta informações acerca das sociedades indígenas, das drogas do sertão, das vias fluviais e dos elementos naturais da região do rio Negro (WRIGHT, 2005). Além disso, o astrônomo bolonhês Giovanni Ângelo Brunelli escreveu um roteiro da viagem do governador Mendonça Furtado que descreve as suas percepções sobre os animais, as plantas, as florestas e os rios do Vale Amazônico (KETTLE, 2015). Por outro lado, o desenhador bolonhês Antonio José Landi registrou em um diário de viagem as suas impressões acerca do mundo natural e do descimento indígena no sertão amazônico e, entre os anos de 1772 e 1773, produziu uma “Descrição sobre as plantas e os animais do Grão-Pará” (MENDONÇA, 2003). Diante disso, os relatos escritos pelos personagens das demarcações de limites configuraram como as principais fontes históricas para a análise das visões de Natureza na Amazônia setecentista. Entretanto, o engenheiro alemão João André Schwebel produziu uma coleção de relatos visuais, na qual, descreve os animais, as plantas, os rios, as aldeias e as povoações da região do rio Negro (KETTLE, 2015). Portanto, os registros visuais, assim como os registros textuais, contribuem para o estudo sobre a natureza e a sociedade do período colonial na Amazônia.

O terceiro grupo de personagens, religiosos, representa os bispos e padres que trabalharam nas aldeias



e participaram das expedições no Vale Amazônico. Na segunda metade do século XVIII, o padre João Daniel, membro da Companhia de Jesus, produziu o livro “Tesouro Descoberto no Rio Amazonas”, durante a prisão nos cárceres de Portugal entre 1758 e 1776, que constituiu um estudo científico sobre a Amazônia, uma vez que descreve os animais, as plantas, os rios, os gêneros da terra e as nações indígenas da região (PAPAVERO, 2000). Além disso, o padre alemão Anselm Eckart, membro da Companhia de Jesus, escreveu os “Aditamentos à descrição das terras do Brasil” após a libertação das prisões lusitanas em 1777, no qual, apresenta as suas observações acerca da natureza, especialmente a fauna da região, e da sociedade amazônica durante as missões no Estado do Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1753 e 1757 (PAPAVERO; PORRO, 2013).

Por outro lado, o padre José Noronha, nomeado vigário geral do Rio Negro em 1760, elaborou um relato sobre o Vale Amazônico com o título “Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província” em 1768 que aborda os aspectos geográficos e hidrográficos, os animais e as plantas e as populações indígenas da Amazônia. Além disso, o frei João de São José Queirós, nomeado Bispo do Grão-Pará em 1759, registrou as suas impressões acerca dos elementos naturais da região amazônica durante as visitas pastorais pelos sertões do Grão-Pará entre 1761 e 1763 nas “Memórias de D. frei João de São Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará”. Por último, o frei Caetano Brandão, nomeado Bispo do Pará em 1782, assim como o Bispo Queirós, produziu relatos com as suas percepções sobre o mundo natural do Vale Amazônico, durante as visitas pastorais na região entre os anos de 1785 e 1789, no “Diário das visitas pastoraes” (KETTLE, 2015; PAPAVERO, 2000).

## **Bibliografia sobre os temas “relatos de viagem” e “relatos de viagem” e “natureza”**

Desde o início do século XXI, o contexto de crescimento do uso dos relatos de viagem para a investigação histórica resulta na publicação de diversas pesquisas acadêmicas, entre elas, artigos, livros, monografias, dissertações e teses. Nesse sentido, essas pesquisas acadêmicas investigam os processos culturais, econômicos, naturais, políticos e sociais dos três períodos da história do Brasil: colônia, império e república. Dessa forma, os dois quadros a seguir apresentam um levantamento bibliográfico sobre os trabalhos acadêmicos que tratam dos temas “relatos de viagem” e “relatos de viagem” e “natureza”, especialmente, na Amazônia colonial.

### **Bibliografia sobre o tema “relatos de viagem”**

**Quadro 02 - Bibliografia sobre relatos de viagem pesquisada durante o levantamento bibliográfico.**

<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
Artigos	3
Livros	5
Monografias	-
Dissertações	2
Teses	2

Fonte: Acervo pessoal.

No quadro acima, observa-se a classificação das produções bibliográficas e a quantidade de trabalhos acadêmicos sobre relatos de viagem<sup>3</sup>. Diante disso, o primeiro grupo constitui uma lista de três artigos que abordam questões históricas a partir do tema “relatos de viagem”. Stella Franco, no artigo “Relatos de via-

gem: reflexões sobre seu uso como fonte documental”, descreve o processo de aumento no uso dos relatos de viagem como fontes documentais para a pesquisa na historiografia brasileira, desde os historiadores clássicos aos historiadores da contemporaneidade (FRANCO, 2011). Além disso, no artigo “Alimentação nos relatos do astrônomo Ângelo Brunelli: a Amazônia no tempo das demarcações de limites”, Wesley Kettle propõe uma reflexão acerca da dimensão social da alimentação no contexto das demarcações de limites na Amazônia, por meio da análise dos relatos de viagem do astrônomo bolonhês João Ângelo Brunelli (KETTLE, 2019). Por último, Elisa Schemes, no artigo “A literatura de viagem como gênero literário e como fonte de pesquisa”, propõe um debate sobre os significados dos relatos de viagem para a historiografia, que trata os relatos como uma “fonte documental”, e para teoria literária, que aborda os relatos como uma “literatura de viagem” (SCHEMES, 2015).

O segundo grupo representa uma lista de dois livros que tratam da historiografia da Amazônia colonial a partir do uso dos “relatos de viagem”. No livro “Holandeses na Amazônia (1620-1650): documentos inéditos, Décio Guzmán e Lodewijk Hulsman apresentam um conjunto de relatos de viagem escritos por holandeses no século XVII que contribuem para o estudo sobre a história do Pará e do Maranhão no período entre 1621 e 1636 (GUZMÁN; HULSMAN, 2016). Por outro lado, Nelson Papavero e Antonio Porro, no livro “Anselm Eckart, S. J., e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)”, discutem aspectos da história da Amazônia setecentista por meio dos relatos de viagem do padre alemão Anselm Eckart (PAPAVERO; PORRO, 2013).

**Bibliografia sobre o tema  
“relatos de viagem” e “natureza”**

**Quadro 03 - Bibliografia sobre relatos de viagem**

**e natureza pesquisada durante o levantamento bibliográfico.**

<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
Artigos	5
Livros	3
Monografias	-
Dissertações	2
Teses	2

Fonte: Acervo pessoal.

No quadro acima, percebe-se a classificação das produções bibliográficas e a quantidade de pesquisas acadêmicas sobre relatos de viagem e natureza. Diante disso, o primeiro grupo apresenta uma lista de cinco artigos que estudam o período colonial na Amazônia a partir do tema “relatos de viagem” e “natureza”. No artigo “Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel”, Kelerson Costa aborda aspectos da obra Tesouro descoberto no rio Amazonas do padre João Daniel, missionário jesuíta no Estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1741 e 1757, entre eles, um projeto de colonização que considera as condições ambientais, a técnica e as relações sociais na organização da sociedade local (COSTA, 2007). Além disso, no artigo “Para o ‘adiantamento das ciências’: Antonio Landi e a História Natural na Amazônia colonial”, Wesley Kettle trata do aspecto científico e político da descrição dos animais e das plantas da capitania do Grão-Pará, produzida pelo arquiteto bolonhês Antonio Landi na segunda metade do século XVIII, que integrou o projeto de colonização português na Amazônia (KETTLE, 2018).

Diante disso, Nelson Papavero, no artigo “As notas do Padre Anselm Eckart, S.J., sobre alguns animais do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1785)”, apresenta as notas do padre alemão Anselm Eckart sobre os elementos da fauna do Estado do Grão-Pará e Maranhão e

a classificação dos animais da região (PAPAVERO et al., 2011). Além disso, no artigo “Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli, astrônomo da Comissão Demarcadora de Limites portuguesa (1753-1761), sobre a Amazônia brasileira”, Nelson Papavero descreve a vida e a obra do astrônomo bolonhês Giovanni Angelo Brunelli (1722-1804), como, por exemplo, os três trabalhos de Brunelli sobre a Amazônia brasileira escritos durante a segunda metade do século XVIII (PAPAVERO et al., 2010). Nesse contexto, Antonio Porro, no artigo “Uma crônica ignorada: Anselm Eckart e a Amazônia setecentista”, investiga os Aditamentos à descrição das terras do Brasil do padre Anselm Eckart e analisa os costumes da população indígena e as relações com os colonos e missionários do Estado do Grão-Pará e Maranhão (PORRO, 2011).

O segundo grupo representa uma lista de três livros que tratam da historiografia da Amazônia colonial. Nesse sentido, Nelson Papavero, no livro “Landi: fauna e flora da Amazônia brasileira”, apresenta informações acerca do Códice de História Natural de Antonio Landi, da transcrição e da tradução do documento e dos nomes dos animais e das plantas do Códice (PAPAVERO et al., 2002). Por outro lado, no livro “O Novo Éden: a fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777)”, Nelson Papavero trata dos relatos de viagem de cronistas e viajantes dos séculos XVI, XVII e XVIII que descrevem os animais da região amazônica (PAPAVERO et al., 2000). Além disso, Auxiliomar Ugarte, no livro “Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII)”, reflete sobre a história do processo de colonização na Amazônia, a partir dos relatos de viagem dos séculos XVI e XVII que descrevem o mun-

do natural e as sociedades indígenas do Vale Amazônico (UGARTE, 2009).

O terceiro grupo constitui uma lista com duas dissertações que abordam aspectos do processo de colonização na Amazônia. Nesse contexto, na dissertação “Um súdito capaz no Vale Amazônico (ou Landi, esse conhecido): um outro significado da descrição das plantas e animais do Grão-Pará”, Wesley Kettle explica a descrição das plantas e animais da Capitania do Grão-Pará, produzida pelo arquiteto bolonhês Antonio Landi entre 1772 e 1773, não apenas como um resultado das políticas metropolitanas, mas sim como um produto das dinâmicas sociais do Vale Amazônico que determinaram a elaboração da obra de História Natural de Antonio Landi (KETTLE, 2010). Por outro lado, Ana Lobato, na dissertação “O tesouro escondido na Amazônia: um estudo sobre natureza, trabalho e riqueza na obra do jesuíta João Daniel”, aborda as relações entre o ser humano e a natureza na obra Tesouro descoberto no rio Amazonas, escrita pelo padre João Daniel durante o século XVIII, que discute a natureza, as populações e a cultura do Vale Amazônico e, principalmente, trata do projeto de reformas nos métodos para a utilização dos recursos naturais da região amazônica (LOBATO, 2009).

O quarto grupo apresenta uma lista com duas teses que investigam o contexto colonial no Vale Amazônico. Nesse sentido, na tese “A medida da floresta: as viagens de exploração e demarcação pelo ‘País das Amazonas’ (séculos XVII e XVIII)”, Janaína Camilo discute o processo de exploração e demarcação do território amazônico ao longo dos séculos XVII e XVIII, a partir dos relatos de viagem dos europeus que percorreram as terras da floresta e navegaram os rios da Amazônia, produzindo escritos com as representações dos homens, dos rios e das florestas da região amazô-

nica (CAMILO, 2012). Por outro lado, Wesley Kettle, na tese “Ciclopes e Profetas no Vale Amazônico: visões de Natureza no Tempo das demarcações (1750-1799)”, analisa os relatos de viagem dos administradores coloniais, homens de ciência e missionários religiosos que participaram da demarcação de limites na Amazônia durante a segunda metade do século XVIII, descreve as visões de Natureza como resultado das experiências dos personagens no mundo natural amazônico e apresenta a Natureza como um “sujeito histórico” que influenciou a política de ocupação da Coroa portuguesa no Vale Amazônico (KETTLE, 2015).

Segundo Elisa Schemes, os relatos de viagem encontram-se em um local específico entre a História e a Literatura, o que resulta no debate em relação ao gênero do texto: diário de viagem, relato de viagem, literatura de viagem, autobiografia, testemunho ou documento? Para a autora, os relatos de viagem configuram como uma literatura de viagem que apresenta especificidades, mas que representam, por outro lado, uma fonte documental para os historiadores (SCHEMES, 2015). Dessa forma, os relatos de viagem constituem fontes históricas essenciais para a investigação do passado e, conseqüentemente, a análise do presente da região amazônica.

### **Considerações finais**

Durante o século XX, o movimento dos *Annales*, criado em 1929 na França, possibilitou o contexto de ruptura com a historiografia clássica do século XIX, baseada na história política, factual e narrativa, e a construção da “nova história”, pautada na história social e econômica, na problematização e na interdisciplinaridade, contribuindo para o estudo de novos temas na historiografia moderna (BURKE, 1997). Nesse

contexto, a área da História Ambiental, desde a década de 1970, investiga as relações entre os seres humanos e o meio ambiente no tempo e configura como uma ferramenta para a discussão sobre as questões ambientais da atualidade. De acordo com Donald Worster, os historiadores deparam-se, muitas vezes, no campo historiográfico e no ensino de história, com a ausência da natureza na escrita da história ou com a representação da natureza como um cenário estático, no qual, as relações humanas desenvolvem-se durante o processo histórico (WORSTER, 1991). Portanto, essa pesquisa propõe o levantamento bibliográfico dos relatos de viagem do período colonial na Amazônia e das bibliografias sobre o tema “relatos de viagem” e “natureza” para analisar a representação da natureza na documentação histórica e ampliar o debate ambiental na historiografia contemporânea.



## Referências Bibliográficas

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

DESCRIZIONE di varie Piante, Frutti, Animali, Passeri, Pesci, Biscie, rasine, e altre simili cose che si ritrovano in questa Cappitania del Gran Pará. In: MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. *Antonio José Landi (1713-1791): um artista entre dois continentes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 757-799.

ECKART, Anselm. Aditamentos à descrição das terras do Brasil. In: PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (org.). *Anselm Eckart, S. J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental*. Cadernos de Seminários de Pesquisa, v. 2, p. 62-86, 2011.

KETTLE, Wesley Oliveira. *Ciclopes e Profetas no Vale Amazônico: visões de Natureza no Tempo das demarcações (1750-1799)*. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

PAPAVERO, Nelson et al. *O Novo Éden: a fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2000.

SCHEMES, Elisa Freitas. *A literatura de viagem como gênero literário e como fonte de pesquisa*. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, jul. 2015, Florianópolis/SC. Anais... São Paulo: Anpuh, 2015. p. 1-13.

SZENTMARTONYÍ, Ignácio. *Sequente Notitiate de rio Negro [1749-1755]*, BNRJ. In: WRIGHT, Robin Michael. *História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/Instituto Socioambiental, 2005.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

**“BELÉM, UMA HISTÓRIA DA CHUVA”:  
QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS**

---

**Kelvyn Werik Nascimento Gomes<sup>1</sup>**

**Introdução**

Aquilo que conhecemos sobre o período belepoqueano na Amazônia, que se compreende didaticamente entre por volta de 1870 e 1920, costuma estar relacionado às questões da ordem da economia da borracha e suas explicações, quase que por si só, para o desenvolvimento das cidades, das reformas urbanas de Belém e de cidades interioranas como Bragança, ou ainda aos discursos e políticas cientificistas e médico-sanitários característicos do período. Estes estudos – embora façam parte e foram importantes para o desenvolvimento historiográfico dos anos de 1980-2000 –, quase sempre recuperam a cidade de Belém sob a ótica do ideal burguês de uma sociedade excludente e contraditória. Embora a característica burguesa persista e seja importante, existe um espaço a ser preenchido por trabalhos que pensem e discutam essas temáticas a partir da História Ambiental, por exemplo.

De todo modo, a influência da revolução historiográfica da Escola dos Annales, tal qual da História Social inglesa tem modificado esse panorama ao longo dos últimos anos. Estudos neste sentido já foram efetivados como os de Nazaré Sarges sobre a vida e sociabilidade política e cultural da cidade (SARGES, 2000)

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Pará (2018). Mestrando em História Social da Amazônia no Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST – UFPA). Tem experiência na área de História e Ensino de História Local, atuando principalmente na temática da História Ambiental. <http://lattes.cnpq.br/1942254039564376>.

ou os de Franciane Gama Lacerda sobre os migrantes cearenses e seu universo cultural e sociabilidades em Belém (LACERDA, 2010). No campo cultural, dentro da história da alimentação e abastecimento, há ainda trabalhos como os de Sidiana Macedo sobre cultura alimentar e abastecimento (MACEDO, 2014). Além do mais, o desenvolvimento e aperfeiçoamento de cursos de pós-graduação em História Social ou com dinâmicas multidisciplinar, por exemplo, e a atividade cada vez mais regular de grupos de pesquisa nestas áreas também tem contribuído para tal mudança de perspectiva.

Ainda que se possa perceber uma mudança, mesmo que sutil, no que tange à variedade de abordagens em pesquisas e trabalhos no campo da História Social, a análise dos arquivos do Laboratório de História da Universidade Federal do Pará (LABHIS – UFPA)<sup>2</sup> aponta que menos de 2% dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) ou Monografias tem tratado de questões relacionadas aos meios e modos de vida e as relações sociais, culturais e afetivas tendo a natureza como fio condutor da narrativa. Se localizarmos estes dados com foco no período da economia da borracha, percebemos que se comparadas com o total dos trabalhos defendidos desde a década de 1970, eles acabam por representar um número efêmero de obras: quatro títulos no total. Além do mais, com exceção de um dos trabalhos mapeados, todos os outros relativos a este levantamento foram produzidos a partir do ano 2000.

Do mesmo modo, o Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST – UFPA) por exemplo, criado em 2004 em nível de Mestrado e alcançando o de Doutorado seis anos depois (o primeiro

---

<sup>2</sup> O LABHIS é responsável pelo arquivo e guarda dos Trabalhos e Monografias de conclusão do curso de graduação em História (licenciatura e Bacharelado) da Faculdade de História (FAHIS-UFPA). Trabalhos defendidos desde 1970.

curso de Doutorado em História na região amazônica), apesar de na sua apresentação destacar que seu objetivo é “refletir historiograficamente sobre a diversidade social, étnica e cultural da Amazônia na sua relação com a biodiversidade local” (PPHIST, 2020). Bem como suas linhas de pesquisa apontarem para uma mudança significativa, a saber, são elas: 1) Arte, Cultura, Religião e Linguagens; 2) Cidade, Floresta e Sertão: cultura, trabalho e poder; 3) Etnicidade e Territorialidades: usos e representações e 4) População e Sociedade. O levantamento citado demonstrou que os dados pouco diferem dos relativos à Faculdade de História (FAHIS). No caso do PPHIST é possível identificar que os trabalhos cujos temas são relativos a questões de natureza e sociedade, ou cultura e natureza, representam apenas 6% das Dissertações e 5% das Teses de um universo de mais de 200 trabalhos defendidos ao longo dos últimos 16 anos.

Os dados citados aqui são referentes ao período de atividades desenvolvidas a partir do projeto de ensino, pesquisa e extensão do Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), intitulado “Laboratório de História: antigas monografias, novas ideias” que, entre outras coisas, organizava, recuperava e digitalizava o material depositado no LABHIS. O projeto foi desenvolvido durante o ano de 2017 e resultou em uma apresentação durante o I Congresso Interinstitucional de Ensino e Extensão (CIENEX); na digitalização de mais de 30% do acervo e na colaboração para a produção de diversos novos trabalhos. Das atividades já citadas, cabia ainda, ao projeto, a promoção de encontros entre professores da rede pública e privada – fossem eles da educação básica ou de nível superior –, alunos e comunidade acadêmica, onde os professores convidados para as apresentações relatariam sua experiência acadêmica de ensino, pesquisa e extensão e,

ao final, proporião novas perspectivas de abordagem e de temas de pesquisa dentro das suas áreas de atuação naquele momento.

Dito isso, pode-se afirmar que a pesquisa de onde este trabalho provem, insere-se pretensiosamente na dimensão de uma “nova história/historiografia” da Amazônia que, influenciada por Fernand Braudel (BRAUDEL, 1983), bem como por Conceição Almeida (ALMEIDA, 2010), busca a partir de elementos antes vistos como não históricos, contar a história do lugar, do espaço e da sua influência na sociedade. Este texto em particular, pretende discutir brevemente questões teórico metodológicas relacionadas a formatação deste e de outros trabalhos que buscam reconstruir dinâmicas sociais e culturais a partir da sua relação com a natureza na cidade de Belém durante o período conhecido como Belle Époque na Amazônia, dentro do contexto das inúmeras transformações que vinham acontecendo numa perspectiva global, tendo como fio condutor característica tão peculiar da cidade, a chuva. Não apenas enquanto fenômeno da natureza, mas também enquanto fenômeno social.

### **“Porque (não) chuva?”: questões teóricas**

Arrisco-me a dizer, que os impasses muitas vezes impostos pelos grandes círculos de pesquisadores, mesmo frente as potencialidades da História Ambiental, ou mesmo das Ciências que ainda tem muito a colaborar com a História e Historiografia da Amazônia, possa estar relacionada, mesmo hoje, ao juízo que muitos desses profissionais fazem de determinadas perspectivas e temáticas de pesquisa. Neste sentido, uma história da chuva, pode parecer, sob a ótica dos estudiosos considerados mais conservadores, um demérito à Ciência Histórica, como se o tema ou objeto “chu-

va”, por exemplo, tivesse menor importância do que a “economia da borracha”, ou a “produção de riquezas”, ou ainda o das “reformas urbanas” e “as reformas institucionais republicanas”.

Além do mais, é importante ressaltar a condição percebida durante a pesquisa e destacada por Sonia Regina Mansano, onde é possível observar que há uma indiferença historicamente construída para com as questões referentes ao meio ambiente, a natureza, a sociabilidade e principalmente as relações afetivas (MANSANO, 2016), percebidas a partir da carência de produções relacionadas e que relacionem tais questões e conceitos. Pressupõe-se que isto se dê por conta mesmo do pensar o humano e o ambiente como aquele que domina, e o seu objeto dominado; ou a partir de uma relação unilateral onde apenas o humano age sobre o meio, transformando-o para que este atenda às suas necessidades tanto naturais, como naturalizadas.

Voltemos a lembrar que as questões relacionadas a economia da borracha e o seu quase que “natural” desdobramento na reforma urbana foram e são importantes para a História e Historiografia da Amazônia, para a sedimentação e o fortalecimento da ciência histórica nesta região. Mas o trabalho do historiador parece ter se restringido durante muito tempo a esta questão. De tal forma que se pensa ser importante problematizar, entre outras coisas, a visão estrangeira de natureza exuberante, indomável, edênica, perigosa e imutável que se constituiu ao longo dos séculos nos relatos de inúmeros viajantes; assim como o das transformações urbanas como se, o espaço da cidade, fosse o da transformação e do desenvolvimento e, aquele, simplesmente o da natureza explorada, degradada, fonte de riquezas.

Longe de aderir a uma visão holística da relação humano-natureza (onde o humano primitivo é pensa-

do a partir de uma relação de extrema aderência ao seu ambiente, ao seu espaço, no sentido de viver em constante harmonia e conservação); ou uma visão dual e opositora do humano com o ambiente que o cerca (como aquele que é predador por excelência, o que, de certa maneira, pode agravar ainda mais as ações destrutivas), precisamos, na verdade, segundo Carvalho, reformular o modo como se tem pensado o ser humano e a natureza: precisa-se superar a disjunção natureza-cultura/história (CARVALHO, 2012), a partir de uma necessidade que se impõe de historicizar a natureza. Isto seria ainda uma oportunidade de construir novos valores frente a ela.

Neste sentido, uma das perspectivas da História Ambiental busca aproximar o sociocultural do natural para demonstrar, entre outras coisas, que homem e natureza nem vivem, ou viveram em ação estritamente conservadora ou mesmo predatória, mas que a partir de diferentes processos históricos, os indivíduos estabeleceram relações com os seus ambientes, onde um e outro atuavam ampla e reciprocamente. Mas sendo a História Ambiental um ramo da ciência histórica bastante recente e encontrando obstáculos, como os citados acima, muito desta relação ainda está por se desvelar. Como é o caso da afetividade. Em poder compreender objetos de estudo que integrem o global (ou o que se conhece sobre História Ambiental), mas que principalmente seja mais próximo, ou apropriado ao local (ou ao conteúdo histórico a que se propõe estudar).

Mais do que uma “defesa” de um campo de estudos, pensar a chuva como fio condutor de pesquisas, tem demonstrado que ela se faz como componente fundamental – mas não único – para o entendimento da cultura e da construção da identidade do belenense. Além disso, pode-se constatar ainda que de acordo com a temporalidade em que se foca a análise, a chu-

va se apresenta como uma influência ou característica específica, baseada em crenças e estudos que sejam representativos destes períodos. Dessa maneira, parece ser fundamental observar e analisar discursos, representações e crenças, tanto de visitantes quanto de munícipes, que estejam relacionados a chuva.

### **“Como’ chuva?”: questões metodológicas**

Até aqui, as fontes levantadas e utilizadas nos trabalhos resultantes da pesquisa sobre chuva, têm sido analisadas a partir de uma perspectiva histórico ambiental no sentido proposto por Inês Aguiar de Freitas, tendo como base o trabalho pioneiro de Donald Worster.

O terceiro nível da história ambiental trata da cultura e da memória. Devemos lembrar que o grande fator de distinção entre os homens e qualquer outra criatura é que os homens são criadores de cultura. Na obra *The Ecological transition*, John Bennett (1976) define a escola ecológica como o estudo de ‘como e por que os humanos usam a Natureza dentro da Sociedade, e o que eles fazem consigo mesmos, com a Natureza e a Sociedade nesse processo’. E é assim que o terceiro nível da história ambiental tem como objeto a ação da cultura sobre o meio físico-material, descobrindo, na paisagem, usos e significados e vendo-os como elementos formadores da “memória” de um povo. Este nível compreende as ideias como agentes ecológicos, e, por essa razão, fala da necessidade de analisar os diversos significados da natureza. Em especial, Worster (1991) destaca que, ao tratar da influência da natureza sobre a vida humana, este terceiro nível encontra-se na esfera exclusivamente humana ou, melhor, da construção da cultura e da memória. Aqui, o historiador ambiental irá analisar interações exclusivas do ser humano. É um nível puramente mental ou intelectual, onde percepções, valores éticos e mitos, entre outros, passam a fazer



parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza (FREITAS, 2014; WORSTER, 1991).

Assim, buscando nas publicações dos jornais todo e qualquer fato que envolva direta ou indiretamente o fenômeno da chuva; nos relatos de viagem interpretando as descrições que muitas vezes apesar de parecerem objetivas e diretas estão, no fim das contas, como se tem percebido, carregadas não apenas de juízo de valor sobre as características socioambientais da região, como também além de exporem as relações da população com a natureza, no fim acabam assumindo algumas das posturas que são relatadas; dos relatórios de governo extremamente representativos de um ideal que buscava aproximar Belém do círculo da “cultura” e do capital internacional e; dos memoriais que são até aqui as fontes que mais carregam e melhor explicitam a relação afetiva que se estabelece com a chuva. Reconhece-se o fenômeno chuva como natural, tal qual social, identificando-o justamente no que fora definido como terceiro nível da História Ambiental.

Outra perspectiva adotada para esta mesma análise é a de Cultura, apresentada por Roque de Barros Laraia, enquanto conceito antropológico, no sentido de dinamicidade e de totalidade componente de outra totalidade. Ou ainda, Cultura enquanto fruto de um determinado tempo-espaço. Laraia nos certifica, que a cultura condiciona a visão de mundo do homem (LARAIA, 1986). Em conformidade, citando Ruth Benedict (BENEDICT, 1972), afirma que, a cultura seria como uma lente através da qual vemos o mundo. Neste sentido, ao compararmos os discursos assumidos pelos autores dessas diversas fontes, percebemos que mesmo o fenômeno da chuva fazendo parte da realidade, da cultura e até da formação identitária do belenense, as maneiras de percebê-la se fazem, ou ao menos se apresentam de diversos modos e a partir de diversas

práticas, hábitos e saberes. Ou seja, de maneira peculiar no contexto estudado, seja ele temporal, social ou cultural.

Por conseguinte, têm-se atentado que para o melhor entendimento do que vem sendo discutido se faz necessário falarmos de identidade cultural, esclarecendo que esta têm sido abordada a partir do que foi formulado por Stuart Hall que das três concepções que apresenta, destaca-se a concebida como “sujeito pós-moderno” onde as identidades são percebidas, nas palavras do próprio Hall, como “celebrações móveis definidas historicamente e não biologicamente” (HALL, 2006) e que se relaciona com a proposta deste estudo em sua visão histórico ambiental, na medida em que, como apontado por Arruda, a formação da identidade é também reflexo da experiência em determinado espaço (ARRUDA, 2006).

### **Conclusão**

Sendo o teor desta pesquisa, de certa maneira, inédito no sentido abordado. Lembro-me das colocações de Carlo Ginzburg ao tratar sobre metodologia, quando nos lembra que nossa ciência não carrega a rigidez das ditas exatas ou naturais, sua metodologia deve se fazer ao final – a posteriori – a conclusão do trabalho, ao invés de a priori para não se tornar um conjunto de medidas e regras a serem seguidas e que acabem não dando conta da complexidade de nossa ciência (GINZBURG, 2007). Dessa maneira, conforme o desenvolvimento e a organização dos resultados desta *História da Chuva*, a integração de novas fontes e leituras devem em algum momento alterar as perspectivas adotadas até aqui, mudando alguns dos seus rumos ou resultados pretendidos.

Destarte, as questões relacionadas a teoria e metodologia apresentadas neste breve texto e que foram sendo adotadas ao longo da construção de outros trabalhos relacionados a esta História da Chuva em Belém não pretendem e nem devem ser tomados como a única maneira de abordagem deste ou de qualquer outro tema de pesquisa relacionado a Natureza, seus fenômenos ou a História Ambiental. Nem deve também, ser tomado como uma crítica, mas de maneira mais acertada como um levantamento bibliográfico, ou de um “estado da arte” sobre os temas em referência. Este texto é um relato e quem sabe um estímulo para novas pesquisas dentro deste campo que muito ainda tem para contribuir a ciência histórica.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2010

ARRUDA, Gilmar. Consciência histórica, ensino de história e a educação ambiental. História e Ensino, Londrina, v. 12, p. 113-122, ago. 2006.

BENEDICTIS, Ruth. O crisântemo e a espada. São Paulo, Perspectiva. 1972.

BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II. 2. vol. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

CARVALHO, Ely Bergo. “A natureza não aparecia nas aulas de história”: lições de educação ambiental aprendidas a partir de memórias de professores de história. História Oral, v. 1, n. 15, p. 107-129, jan.-jun. 2012.

FREITAS, Inês Aguiar de. História Natural, História da Natureza e História Ambiental: três histórias sobre uma grande ideia. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 35, p. 153 – 175 JAN./JUN. DE 2014.

GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós – modernidade/ tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LACERDA, Franciane Gama. Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916). 1 ed. Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPHIST-UFGPA, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. Do que se come. Uma História do abastecimento e da alimentação em Belém 1850-1900. 1ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial,

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Espaço Urbano, Natureza e Relações sociais: por uma sustentabilidade afetiva. Revista Psicologia: Teoria e Prática, 18(1), 49 59. São Paulo, SP, jan.-abr. 2016. ISSN 1516-3687 (impresso), ISSN 1980-6906 (on-line).

Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST. Apresentação. Disponível em: <http://pphist.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/383-2019>. Acesso em: 25 de março de 2020.

ŞARGES, Maria de Nazaré de. Belém, riquezas produzindo a Belle Époque (1870 – 1912). 1ed. Belém: Paka-Tatu, 2000.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p. 198 – 215.

**ENTRE O PASSADO E O FUTURO: CONSIDERAÇÕES SOBRE MEIO  
AMBIENTES E USO DE AGROTÓXICOS EM LAVOURA (SNA/1947-1957)**

---

**Tamires Saint Martin Fonseca<sup>1</sup>**

**A agricultura do Brasil  
e os projetos desenvolvimentistas**

Ao longo do século XX circularam no Brasil variados projetos de agências da sociedade civil voltados para a agricultura no país. Estes estavam atrelados às pautas da educação rural, monocultura, policultura e mecanização e propunham distintas leituras sobre a resolução dos problemas agrícolas nacionais (MENDONÇA, 1997). Nos estudos voltados ao período também é comumente referenciado o contexto de forte demanda pela modernização da agricultura nacional, evidenciado pela institucionalização da agronomia, a refundação a partir de 1909 da pasta ministerial, a reformulação e/ou criação de escolas agrícolas, sociedades agrícolas e escolas superiores de agricultura. (OLIVER, 2005; SILVA, 2010).

Ao longo da década de 1930 a Pasta de Agricultura foi reorganizada pelo governo varguista que tencionava expor as diversas potencialidades de utilização dos recursos naturais a serem exploradas pelo Estado. Neste sentido, há a criação de novos órgãos no Ministério da Agricultura, como o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA), em 1938, e a promulgação de uma série de leis protecionistas e medidas normativas com vistas a controlar a exploração do patrimônio natural brasileiro como, por exemplo, o Código Florestal (1934), o Código de Caça e Pesca

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Parte da pesquisa foi financiada pelo CNPq até 2017. E-mail: tmarinfonseca@gmail.com.

(1934) e os Códigos de Água e de Minas (1934) (DUARTE, 2010).

Segundo Ingrid Casazza (2017) a gestão da natureza durante as décadas de 1930 e 1940 seguiu a política integrante do projeto desenvolvimentista varguista que era sustentado no discurso nacionalista e no forte intervencionismo estatal, acentuados durante os anos da Segunda Guerra Mundial. Tal projeto era pautado pela defesa da utilização racional dos diversos recursos naturais brasileiros como meio para promover o crescimento econômico, voltando-se principalmente para o ideal de industrialização. Tal ideário pode ser visto, por exemplo, na criação de várias instituições com funções regulatórias, de controle, coordenação e supervisão no que tange ao patrimônio natural brasileiro, como o Instituto do Cacau (1932), o Instituto do Açúcar e do Alcool (1933), o Instituto do Mate (1938) e o do Pinho (1941).

Desta maneira, além do intervencionismo estatal sobre políticas de conservação, produção e racionalização das técnicas agrícolas, durante a Era Vargas (1930-1945) nota-se a organização de medidas para a diversificação da produção agrícola junto a estruturação de um ambiente político-intelectual que trazia à tona diversas facetas dos “caminhos da agricultura” brasileira. (CASAZZA, 2017; SILVA, 2010; FRANCO e DRUMMOND, 2009).

No que diz respeito ao setor agrícola, Iliane Jesuína da Silva (2010) aponta que o Estado varguista promoveu políticas de estímulo à agricultura, investindo nas culturas de arroz, algodão, cana, milho, trigo, dentre outros. Atribuiu-se funções ao setor agrícola no processo de desenvolvimento econômico nacional em que suas divisas eram, em parte, direcionadas às atividades industriais, sendo notável “o deslocamento do eixo econômico do setor agroexportador para o setor

urbano-industrial”. (SILVA, 2010, p. 166). A respeito do local de destaque da agricultura no primeiro governo Vargas, a autora afirma:

Assim, alterações verificadas no setor agropecuário foram engendradas, em parte, pela urbanização e industrialização e, ao mesmo tempo, influenciaram no desenvolvimento dessas. Esse fato ratifica, ao mesmo tempo, a interdependência dos setores econômicos e a importância do setor agropecuário. Durante o primeiro governo Vargas, as funções da agricultura se modificaram. A produção, que até então estava voltada para o mercado externo e para o auto-consumo da população da área rural, passou a abastecer as áreas urbanas, alimentar a crescente força de trabalho da indústria e fornecer matéria-prima ao setor secundário da economia – que se desenvolvia no período. Além disso, a atividade agropecuária gerava excedentes exportáveis e divisas a serem utilizadas pelo setor industrial. (SILVA, 2010, p. 217).

Já durante os anos pós-Segunda Guerra Mundial verifica-se a difusão de debates a respeito dos procedimentos e agentes necessários para viabilizar a modernização produtiva, técnica e social do setor agrícola nacional. Neste momento os Estados Unidos assumiram uma posição de liderança enquanto principal modelo e interventor no âmbito dos acordos de cooperação internacional. Aqui são realizados acordos de cooperação técnica entre os governos estadunidense e brasileiro que traziam consigo discursos e projetos de agricultura apoiados em ideias sobre a industrialização de culturas agrícolas, o ensino rural e a educação do “lavrador arcaico” e a modernização de técnicas produtivas. (MENDONÇA, 2010). Desta maneira, tais acordos tratavam “de forma imbricada modernização tecnológica e mudança cultural”. (SILVA, 2015, p. 25).

A partir dos anos 1950 junto ao imperativo da modernização do Estado brasileiro dos anos 1930, arti-

cularam-se as pautas do desenvolvimentismo e do nacional-desenvolvimentismo. Para Géssica Guimarães (2017) na década de 1950 há a forte presença do nacionalismo na agenda política com o retorno de Vargas à presidência e a retomada de projetos políticos embasados no nacionalismo econômico (GUIMARÃES, 2017). Nesta linha de pensamento, Rômulo de Andrade pontua que foi durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que a “questão do desenvolvimento se tornou mais explícita” (ANDRADE, 2012, p. 5) na estruturação de um projeto econômico, o Plano de Metas, “que visava modernizar o Brasil através da aceleração e do aprofundamento do desenvolvimento” (VIEIRA, 2007, p. 56) e que foi sintetizado no slogan “50 anos de progresso em 5 anos de governo”.

Constata-se, portanto, o crescimento e fortalecimento, no âmbito do Estado, de discussões sobre as práticas alimentares e de abastecimento das regiões do país, a colonização e a integração territorial, a expansão das fronteiras agrícolas e o processo do próprio “aprofundamento da industrialização” (MOREIRA, 2003, p. 159), as quais estavam firmadas no pacto agrário-industrial e articuladas junto ao processo de substituição de importações.

De encontro com estes argumentos, Pedro Casiano de Oliveira (2013), fundamentado nas discussões teóricas de Sônia Regina Mendonça sobre o capital-imperialismo, demarca “a existência de diferentes projetos ‘nacional-desenvolvimentistas’ em disputa pela hegemonia no país, nos anos 1950-60”. (OLIVEIRA, 2013, p. 26). Deste modo, reconhece que:

O Plano de Metas do governo JK era a materialização das alianças políticas, pois o referido Plano tornou-se a concretização de diversos interesses das frações da classe dominante, privilegiando os setores da indústria. A construção de Brasília se tornou a meta-síntese, personificando o expressi-



vo caminho nacional-desenvolvimentista traçado por JK [...] O Plano de Metas não foi o único projeto desenvolvimentista realizado Juscelino Kubitschek em seu governo. A criação de uma política de extensão rural para todo o território nacional fazia parte da estratégia de JK para manter amplo apoio de setores da classe dominante agroindustrial tão importante para a manutenção do poder. (OLIVEIRA, 2013, p. 29)

Sob o discurso do desenvolvimentismo existiram vários projetos para o Brasil que traziam em seu cerne valores e discursos sobre os conceitos historicamente construídos do “nacionalismo”, “desenvolvimento” e “modernização”. (GUIMARÃES, 2017, p. 159-160). A agricultura foi incorporada nesta agenda política junto com as seguintes pautas: industrialização do setor, a diversificação da produção e o atendimento ao mercado nacional. Algumas destas questões já foram alvo de atenção e políticas governamentais em governos anteriores, mas Vânia Maria Losada Moreira (2003) focaliza na especificidade do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), resumindo-o nas ideias de *movimento, ação e desenvolvimento*. (MOREIRA, 2003, p. 157).

No que se refere ao projeto ruralista, Moreira (2003) mostra as conexões entre as perspectivas de desenvolvimento rural e as problemáticas de controle territorial, expansão das fronteiras agrícolas e abastecimento alimentício populacional durante o governo JK, a fim de concluir que seu Plano de Metas reuniu, com a presença de capital estrangeiro, os “grandes interesses rurais e urbanos. [E] aprofundava o processo industrial e incentivava a expansão e a modernização do setor rural em bases, contudo, oligárquicas”. (MOREIRA, 2003, p. 189). Logo, pode-se assumir que não somente a expansão industrial, mas também a agrícola se encontrava no âmago do planejamento econômi-

co e ideológico do Estado brasileiro nestas décadas do século XX.

Este trabalho objetiva, portanto, compreender como, no interior deste flutuante processo de ideias e projetos de modernização, os produtos químicos atualmente conhecidos como “agrotóxicos”<sup>2</sup>, caracteristicamente prejudiciais à ação e existência de pragas e doenças vegetais nas lavouras, eram incorporados aos discursos sobre a modernização produtiva do campo, tendo como fonte o periódico agrícola *A Lavoura*. Pretende-se discutir também a caracterização destes insumos enquanto instrumentos “modernos” de uma agricultura que se colocava como calcada na técnica, ciência e racionalidade provenientes do saber agrônômico daquele período.

Carvalho (2017), Klanovicz (2012) e Borsoi (2014) sinalizam que nos anos após 1945 os investimentos na agropecuária, inclusos num contexto de esforços governamentais em favor da modernização agrícola e da industrialização nacional, integraram os insumos químicos como recursos centrais para o prosseguimento destas atividades. Além disso, salientam o despontar, já nos anos 1950, de ideias e experiências relacionadas a diferentes tecnologias agrícolas no país, dentre os quais estão os diversos preparados químicos tóxicos (fungicidas, herbicidas, formicidas, inseticidas), comumente associados ao momento posterior da Revolução Verde, tanto que Carvalho (2017) destaca:

Para convencer os agricultores a utilizar tais tecnologias [tecnologias agrícolas integrantes da Revolução Verde], o governo brasileiro e os estados utilizaram a concepção e métodos de extensão rural importados dos EUA e criaram, a partir da década de 1950, escritórios de assistência técnica, contra-

---

<sup>2</sup> Esta terminologia somente passou a ser adotada na década de 1980, notadamente, após a aprovação da Lei 7.802 de 11 de julho de 1989 e que ficou popularmente conhecida como Lei dos Agrotóxicos (SOBREIRA, 2003).

tando técnicos agrícolas, engenheiros-agrônomos, veterinários e economistas domésticos. (CARVALHO, 2017, p. 78).

Tal argumento remete as considerações de Oliveira (2013) sobre a extensão rural no país e os acordos de cooperação técnica entre Brasil e Estados Unidos, integrantes do projeto de governo nacional-desenvolvimentista, uma vez que é possível percebê-los - tendo em mente a colocação dos produtos químicos tóxicos no rol de tecnologias abarcadas pelas duas atividades - como atividades já mobilizadoras de discussões sobre o uso destas formulações no país ainda nos anos anteriores à Revolução Verde.

### **Os venenos em A Lavoura**

Nas primeiras décadas do século XX houve o surgimento e a estruturação de diversas agremiações voltadas à área agrícola no país, dentre elas a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a Sociedade Paulista de Agronomia (SPA) e a Sociedade Brasileira de Agronomia (SBA), cada qual com seus respectivos projetos de agricultura e ideais de agricultor, e que influenciavam alguns planos políticos e sociais do Estado Brasileiro. (MENDONÇA, 2000).

“Mecanização”, “cooperativismo” “modernização”, “diversificação” e “educação n(d)o campo” são algumas bandeiras defendidas pela agremiação fluminense denominada Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) desde sua fundação em 1897 por frações da elite agrária brasileira opostas à hegemonia paulista do café. Desde então, a SNA se afirmou enquanto espaço de poder não-hegemônico, em oposição à política cafeeira, sendo formada por proprietários rurais advindos de vários estados brasileiros. (MENDONÇA, 2000). As atividades da Sociedade e de seus membros estavam

estritamente conectadas a instalação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) em 1909, e suas posteriores reorganizações, e ao engendramento na Primeira República da chamada “reação ruralista”, que defendia a diversificação agrícola do país como estratégia para garantir a recuperação econômica e dinamização do setor. (MENDONÇA, 1997, p. 15). No mesmo ano de sua criação, há o início da editoração de seu periódico *A Lavoura*, que funcionava como seu boletim oficial e principal mecanismo de divulgação de conhecimentos voltados ao campo.

A revista agrícola possuía um caráter informativo e institucional, sendo editada, quase sempre, bimensalmente e assumindo a partir de 1947, cinquentenário da instituição, características mais técnicas. Dentre as quais listo a seguir: presença de artigos que não apenas relatavam as reuniões e eventos da SNA e de suas instituições afiliadas, mas expunham a realização de intercâmbios e visitas entre membros de escolas e instituições agrícolas nacionais, artigos de divulgação de iniciativas e conhecimentos teóricos nas áreas de experimentação agrícola e profilaxia vegetal, com foco no manejo de pragas, e textos gerais sobre campanhas de combate à fome, doenças e ao analfabetismo no campo.

As produções do periódico estavam reunidas sob a chave “restauração da *vocação agrícola* brasileira” mediante a garantia da policultura e da promoção de um “agricultor moderno”, consciente da aplicação das corretas técnicas e tecnologias agrícolas, não mais dependente da “sorte” nem da natureza e alvo da “ação maléfica” das pestes e pragas. Mesmo diante da crise orçamentária da instituição no pós-guerra foi possível verificar a presença considerável de editoriais de agrônomos, veterinários, industriais, biólogos e proprietários rurais que numa revista, apresentada então como

“modernizada e em dia”, comentavam sobre as principais dificuldades da agropecuária nacional e os procedimentos necessários para combatê-las, sendo o atraso - fosse ele técnico, educacional, sanitário, científico das instituições do campo e seus sujeitos - o elemento central para a continuidade destes entraves.

No tocante aos debates sobre o meio rural e o controle de pragas e doenças vegetais o periódico traz artigos, anúncios, notícias e comunicados que tratam, principalmente, sobre inseticidas, formicidas e fungicidas<sup>3</sup>. Estes textos denunciavam os problemas dos alimentos e plantas nacionais como, por exemplo, a pouca resistência a doenças e pragas de múltiplos vetores e o emprego de técnicas consideradas “arcaicas” no plantio e colheita. Em relação à fragilidade da produção agrícola nacional quanto a ação de diferentes moléstias, informava-se os métodos considerados mais eficientes e menos dispendiosos para seu combate.

O objetivo primário destas publicações, tanto em artigos livres, respostas de cartas de leitores quanto em comunicados dos serviços do Ministério da Agricultura e das estações experimentais agrícolas, está voltado à atuação da revista como divulgadora de preparados, máquinas e técnicas que serviriam para “a proteção das colheitas” no combate “dos males” da agricultura nacional. Tal atividade se enquadrava no quadro de objetivos da educação rural, em quem comumente relacionava-se as carências educacionais dos agricultores à manutenção desses problemas no campo. Após a instituição da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) durante o primeiro governo

---

<sup>3</sup> Saliento que outras classes de uso de agrotóxicos foram encontradas no periódico em textos e propagandas. Tais determinações correspondem ao modo de ação do ingrediente ativo, principal substância química encontrada em um agrotóxico, no organismo que se destina a combater ou à natureza da praga combatida. Para um pequeno resumo dos principais tipos de classe de uso de agrotóxicos segundo a “Lei dos agrotóxicos” de 1989 ver JARDIM, 2009.

varguista os articulistas, especialmente os que compunham a diretoria da Sociedade, enfatizavam não mais as possibilidades de acesso dos agricultores a esses recursos, mas o mau aproveitamento dos mesmos pelos homens e mulheres do campo, alheios às inovações de maquinários e técnicas.

Dentre os dez anos analisados neste trabalho, os colaboradores do periódico defenderam fortemente a importância da instrução técnica dos agricultores e do uso de implementos agrícolas na garantia de real efetividade de utilização racional dos insumos, para que os mesmos não fossem pouco rentáveis. Nesse sentido, a revista passou a apresentar colunas específicas destinadas a responder as dúvidas de seus leitores e sócios, e divulgar a distribuição de produtos voltados à defesa sanitária vegetal, como inseticidas, fungicidas, máquinas extintores de saúva, pulverizadores, dentre outros. Cabe mencionar que a própria Sociedade atuou como polo de venda destes instrumentos e produtos, também recebendo uma série de máquinas para testes em sua sede no Rio de Janeiro.

Em consonância com esta análise, o acontecimento que justifica o ano final do recorte temporal é a assinatura de um acordo em 1957 entre a SNA e o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA), entidade criada em 1953 responsável pelas atividades voltadas à agricultura empreendidas pelos acordos de cooperação técnica dos Estados Unidos na América Latina. (MENDONÇA, 2010). Sob o nome *Projeto Número 38*, o acordo propunha a ampliação e reequipamento da Escola de Horticultura Wenceslau Bello (EHWB), mantida e dirigida pela Sociedade Nacional de Agricultura desde 1899. A partir dele, a Escola regularizou a oferta de cursos práticos agrícolas, ofertados desde 1937 junto a diferentes instituições de ensino fluminenses e serviços do Ministério da

Agricultura, dirigidos a defesa sanitária vegetal, a instrução de seus aparelhos e ao preparo de fungicidas e inseticidas, dentre outras atividades. Tendo em foco o caráter inconstante de algumas atividades empreendidas pela Sociedade desde sua fundação esta regularização é uma atividade marcante.

Ao longo da análise das publicações dos anos 1950, notei que o conjunto de procedimentos listados pelos autores para o controle e eliminação de insetos passou a incluir a pulverização de formicidas, o uso de inseticidas sistêmicos, a pulverização aérea e notadamente o uso de DDT (substância diclorodifeniltricloroetano)<sup>4</sup>.

Esta passagem de enfoque seguia a “modernização” da revista, uma vez que em seu discurso a mesma empenhava-se em instruir e orientar o trabalhador rural no uso das “armas” mais eficazes, disponíveis no mercado, contra os prejuízos causados por insetos, fungos, formigas saúvas. Estas estariam representadas no BHC<sup>5</sup>, brometo de metila, formicida MM33, formicidas e inseticidas sistêmicos da Shell. Essas “armas” mais “modernas” seriam necessárias nas “batalhas constantes que o agricultor se vê obrigado a travar” para garantir sua produção e, conseqüentemente, alimentação. Cito, por exemplo, o texto *Alimento para Milhões*<sup>6</sup>, de 1956, que enunciou a participação do Brasil numa “guerra química contra os insetos” ao tratar da problemática nos âmbitos mundial e nacional.

Os produtos químicos eram, portanto, percebidos

<sup>4</sup> O diclorodifeniltricloroetano (DDT), descoberto em 1939, é um inseticida do grupo dos organoclorados, sendo qualificado como o primeiro inseticida sintético dos tempos modernos. (JARDIM, 2009).

<sup>5</sup> Inseticida organoclorado, sigla corresponde a Hexaclorociclohexano. Disponível em: [http://www.pesticideinfo.org/Summary\\_Chemical.jsp?Rec\\_Id=PC36340](http://www.pesticideinfo.org/Summary_Chemical.jsp?Rec_Id=PC36340). Acesso em: 12 dez. 2020.

<sup>6</sup> Alimento para milhões. A Lavoura, ano LIX, p. 41-42, janeiro-fevereiro de 1956.

dos como a alternativa “industrializada” (quando não tinham ingredientes ativos provenientes de plantas) e “moderna”, disponível ao uso do homem do campo na “guerra contra os insetos”. E tal descrição encontra-se também nos anúncios propagandísticos de grandes empresas químicas presentes em *A Lavoura*. Algumas delas são: a *Standard Oil Company of Brazil* e seu inseticida ESSO “A”<sup>7</sup>, a *Geigy do Brasil S.A* e o Gesarol 33<sup>8</sup>, a Companhia Química Rhodia Brasileira e seu *Rhodia-tox*<sup>9</sup>, a *American Cyanamid Company* e o *Malatox*<sup>10</sup>, e a *Shell Brazil Limited* com seu formicida e inseticidas (*Aldrin*, *Phosdrin* e *Dieldrin*)<sup>11</sup>.

Cabe aqui ressaltar que a própria edição comemorativa do cinquentenário da revista relatou a realização de experimentos de preparo e aplicação de herbicidas e inseticidas nas próprias dependências da SNA. Uma produção que atesta tal acontecimento corresponde ao texto de Geraldo G. da Silveira<sup>12</sup>, “Problemas de defesa sanitária vegetal”<sup>13</sup>, de 1956, que traz a foto de uma demonstração de polvilhamento aéreo no campus da EHWB.

---

<sup>7</sup> Standard Oil Company of Brazil. *A Lavoura*, ano LIV, p. 38, setembro-outubro de 1950.

<sup>8</sup> Geigy do Brasil S.A. *A Lavoura*, ano LVIII, p. 43, janeiro-fevereiro de 1955.

<sup>9</sup> Companhia Química Rhodia Brasileira. *A Lavoura*, ano LIX, p. 24, janeiro-fevereiro de 1956.

<sup>10</sup> American Cyanamid Company. *A Lavoura*, ano LIX, p. 48, setembro-outubro de 1956.

<sup>11</sup> Shell Brazil Limited. *A Lavoura*, ano LXI, p. 25, janeiro-fevereiro de 1958.

<sup>12</sup> Foi um engenheiro agrônomo que atuou como articulista do periódico e professor da EHWB.

<sup>13</sup> SILVEIRA, Geraldo G. Problemas de defesa sanitária vegetal. *A Lavoura*, ano LIX, p. 19-32, janeiro-fevereiro de 1956



### Considerações finais

Tendo em conta os diferentes projetos e discursos quando se trata da problemática de percepção dos obstáculos da garantia da modernização do campo brasileiro, foi possível localizarmos em *A Lavoura* debates de cientistas e membros da Sociedade Nacional de Agricultura, notadamente agrônomos de formação, que associavam a modernidade agrícola do país à introdução, difusão e aprendizado de técnicas agrícolas, que ali eram apresentadas como constituintes de uma “agricultura científica”. Dentre estas técnicas e tecnologias que anunciavam a modernidade da defesa sanitária vegetal, o uso de produtos químicos era parte essencial e, por sua vez, foi integrado aos projetos de cooperação técnica que relacionavam a modernização da agricultura ao nosso desenvolvimento econômico e industrial.

Sob a égide do incentivo a policultura, a SNA e seu boletim, a revista *A Lavoura*, participaram ativamente da recepção e disseminação dos resultados práticos dos produtos químicos tóxicos - hoje caracterizados e entendidos como agrotóxicos - nas lavouras brasileiras. Logo, compreendia-se que a almejada modernização do campo não pedia somente por diversificação produtiva, mas demandava vitórias nas “batalhas químicas” entre o homem-agricultor e os organismos-praga em que os insumos químicos tóxicos assumiam uma posição de destaque.

## Referências Bibliográficas

ANDRADE, Rômulo P. A Amazônia na Era do Desenvolvimento: saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

BORSOI, A. et al. Agrotóxicos: histórico, atualidades e meio ambiente. *Acta Iguazu*, v. 3, p. 86-100, 2014.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 75-91, 2017.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. Proteção do patrimônio natural brasileiro: ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017.

DUARTE, Regina Horta. A Biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil - 1926-1945. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940. Rio de Janeiro; Fiocruz; 2009.

GUIMARÃES, Géssica. Tempo histórico como urgência: considerações sobre a experiência de tempo no Brasil de JK. In: \_\_\_\_\_; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (orgs.). *Conversas sobre o Brasil – ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

JARDIM; Isabel C.S. F.; ANDRADE, Juliano de A.; QUEIROZ, Sonia C. do N. de. Resíduos de agrotóxicos em alimentos: uma preocupação ambiental global – um enfoque às maçãs. *Química Nova*, v. 32, n. 4, p. 996-1012, 2009.

KLANOVICZ, Jó. Produção de maçãs no sul do Brasil: uma história de apropriações técnicas. In: KLANOVICZ, Jó; ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely Bergo de (Orgs.). *História ambiental no sul do Brasil: apropriações do mundo natural*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 43-62.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Agronomia, agrônomos e política no Brasil (1930-1961). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 126-141, 2010.

\_\_\_\_\_. Agronomia, agrônomos e projetos para a agricultura brasileira no pós-1930. Disponível em: <[http://www.abphe.org.br/arquivos/2003\\_sonia\\_regina\\_mendonca\\_agronomia-agronomos-e-projetos-para-a-agricultura-brasileira-no-pos\\_1930.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_sonia_regina_mendonca_agronomia-agronomos-e-projetos-para-a-agricultura-brasileira-no-pos_1930.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961). Niterói: UFF, 2010.

\_\_\_\_\_. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. História Unisinos, v. 14, n. 2, p. 189- 195, 2010.

\_\_\_\_\_. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. Mundo Agrario. Revista de estudios rurales. La Plata-Argentina, v. 1, n. 1-2, p. 4, 2000.

\_\_\_\_\_. Ruralismo brasileiro (1888-1931). São Paulo: Hucitec, 1997.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil republicano. O tempo da experiência de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural-ABCAR (1948-1974). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

OLIVER, Graciela de Souza. O papel das Escolas Superiores de Agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950: práticas acadêmicas, currículos e formação profissional. Tese (Doutorado em Ensino e História das Ciências da Terra), Unicamp, São Paulo, 2005.

SILVA, Claiton Marcio da. De agricultor a farmer: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil. Guarapuava: UFPR, 2015.

SILVA, Iliane Jesuína da. Estado e agricultura no primeiro governo Vargas (1930-1945). Tese (Doutorado em desenvolvimento econômico), Unicamp, São Paulo, 2010.

SOBREIRA, Antônio Elísio Garcia. Agrotóxicos: o fatalismo químico em questão: Estudo de caso de Boqueirão e Lagoa Seca PB. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPE/CFCH, Recife, 2003.

VIEIRA, Tamara Rangel. Uma clareira no sertão?: saúde, nação e região na construção de Brasília (1956-1960). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007).

## **SOBRE OS AUTORES**

---

### **David Durval Jesus Vieira**

Mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Instituto Federal do Pará (IFPA). E-mail: david.vieira@ifpa.edu.br

### **Ana Maria da Silva Conceição**

Graduada em Bacharel e Licenciado Pleno em História pela Escola Superior Madre Celeste (ESMAC). Especialista em Educação a distância-EAD (UEPA) e Mestranda profhistoria-UFPA/Ananindeua 2019  
Email: conceicaoanamaria44@gmail.com

### **Ligia Mara Barros Ribeiro**

Mestranda do Programa de pós-graduação em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) na Universidade Federal do Pará, campus Ananindeua. E-mail: ligiadanilo23@gmail.com

### **Siméia de Nazaré Lopes**

Professora da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, simeia@ufpa.br

### **Maurício José Quaresma Silva**

Graduando em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). E-mail: mauriciosilva1881@gmail.com

### **Wesley Oliveira Kettle**

Graduado em História e Mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: wesleykettle@gmail.com

### **Kelvyn Werik Nascimento Gomes**

Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Pará (2018). Mestrando em História Social da Amazônia no Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST – UFPA). Tem experiência na área de História e Ensino de História Local, atuando principalmente na temática da História Ambiental.

Curriculo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1942254039564376>

### **Tamires Saint Martin Fonseca**

Graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Parte da pesquisa foi financiada pelo CNPq até 2017. E-mail: [tmartinfonseca@gmail.com](mailto:tmartinfonseca@gmail.com)



